

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2012/2013



TII

O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM CONFLITOS
ASSIMÉTRICOS

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM CONFLITOS
ASSIMÉTRICOS**

MAJ INF Lourenço Borges

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 12/13

Pedrouços 2013



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM CONFLITOS ASSIMÉTRICOS

MAJ INF Lourenço Borges

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 12/13

Orientador: MAJ INF Luís Carlos Falcão Escorrega

Pedrouços 2013



Agradecimentos

Um bem-haja a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração desta investigação.

Ao MAJ Falcão Escorrega pela forma franca e aberta com que orientou este trabalho, permitindo liberdade de ação e contribuindo com a sua experiência e capacidade pedagógica e científica para esta versão final que se apresenta.

Ao TCOR Machado Barroso, MAJ Gama Barros e MAJ Ribeiro de Faria pela disponibilidade e amabilidade em discutirem a temática em apreço e me apontarem o rumo certo no início da investigação.

Ao MAJ Varanda Pinto, MAJ Gama Barros, MAJ Ribeiro de Faria e MAJ Rocha e Silva pela amizade e apoio na revisão do texto, transmitindo conselhos úteis e pertinentes.

Aos camaradas do CEM-C pela camaradagem e entreaajuda, pelo bom ambiente de trabalho e esclarecimentos sobre os ramos da Forças Armadas e Guarda Nacional Republicana.

Por fim, umas palavras especiais aos meus entes mais queridos, com duplo sentido. Um agradecimento à minha família pelo constante incentivo, em especial à minha mulher Catarina pela sua compreensão, revisão do texto e apoio permanente. A ela e ao meu filho Pedro, nascido durante a elaboração deste trabalho, apresento-lhes as minhas desculpas pelas minhas ausências e falta de disponibilidade durante o último ano.



Índice

Introdução.....	1
1. Revisão da literatura.....	6
a. Conflitos assimétricos.....	6
b. Ameaças assimétricas.....	11
c. Síntese conclusiva.....	16
2. Enquadramento.....	17
a. Emprego das FA em conflitos assimétricos.....	17
b. Resposta às ameaças assimétricas: Contrassubversão.....	19
c. Cooperação entre as FA e as FSeg Portuguesas.....	20
3. Definição do modelo de análise.....	23
4. Análise.....	25
a. Caraterização das ameaças assimétricas.....	25
(1) Objetivos.....	25
(2) Métodos.....	26
(3) Capacidades.....	28
(4) Síntese da análise das ameaças assimétricas.....	31
b. Caraterização das FA em conflitos assimétricos.....	32
(1) Objetivos.....	32
(2) Métodos.....	33
(3) Capacidades.....	38
(4) Síntese da análise das FA.....	46
c. Comparação capacidades FA Portuguesas Vs. capacidades necessárias.....	47
(1) Capacidades da FA Portuguesas.....	47



(2) Análise das capacidades das FA Portuguesas em operações de contrassubversão	48
(3) Síntese da análise das capacidades das FA Portuguesas	53
(4) Capacidades em falta nas FA	53
d. Capacidades das FSeg passíveis de serem empregues em conflitos assimétricos	55
(1) Capacidades da GNR para colmatarem lacunas.....	55
(2) Modelo de cooperação.....	56
Conclusões.....	58
Bibliografia.....	65

Anexos

Anexo A – EUROGENDFOR.....	A-1
Anexo B – Missões Internacionais da GNR.....	B-1

Apêndices

Apêndice 1 – Esquema geral da investigação	1
Apêndice 2 – Quadro resumo da análise	2



Índice de Figuras

Figura nº 1 - Equação da Guerra Assimétrica	8
Figura nº 2 - O Espetro da Guerra	9
Figura nº 3- O Espetro do conflito e os temas de campanha	10
Figura nº 4 - Natureza da insurgência.....	14
Figura nº 5 - Dinâmica da COIN do Afeganistão.....	15
Figura nº 6 - Esquema geral da metodologia da investigação	23
Figura nº 7 - Exemplo de uma campanha subversiva.....	27
Figura nº 8 - Alcance do apoio da população	33
Figura nº 9 - Natureza da Contrassubversão.....	34
Figura nº 10 - Exemplo de uma Campanha de Contrassubversão.....	34
Figura nº 11 - Exemplo de linhas de operações.....	35
Figura nº 12 - Enquadramento da Contrassubversão.....	37
Figura nº 13 - Atividades do CHB.....	38
Figura nº 14 - Opção de forças terrestres.....	41
Figura nº 15 - Níveis de investigação forense dos IED	43
Figura nº 16 - Processo operacional forense.....	44
Figura nº 17 - Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança em Portugal	55
Figura nº 18 - Estrutura do Contingente Nacional na ISAF	57
Figura nº 19 - Esquema geral da investigação.....	Ap-1

Índice de Tabelas

Tabela nº 1 - Modelo de análise conflitos assimétricos.....	24
Tabela nº 2 - Análise das ameaças assimétricas	31
Tabela nº 3 - Análise das FA	46
Tabela nº 4 - Capacidades das FA Portuguesas.....	47
Tabela nº 5 - Resumo das capacidades por ramos das FA	53
Tabela nº 6 - Resumo da análise.....	Ap-2



Resumo

O presente trabalho de investigação pretende identificar quais as principais capacidades que as Forças Armadas Portuguesas (FA) necessitam de ter para participar em conflitos assimétricos.

Começa por expor uma revisão da literatura, abordando os conceitos de conflitos assimétricos e ameaças assimétricas, como o terrorismo e a subversão. De seguida, apresenta o emprego das FA em conflitos assimétricos no período temporal pós 11 de setembro de 2001, desenvolve o conceito de contrassubversão e aborda a cooperação entre as FA e as Forças de Segurança (FSeg). De acordo com o modelo de análise aplicado, estuda as ameaças assimétricas e as FA, detalhando quais os seus objetivos, métodos e capacidades. As capacidades militares das FA são comparadas com as capacidades das FA nacionais para perceber quais as limitações e lacunas que podem ser supridas pelas FSeg, concretamente pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e qual o modelo de cooperação.

Conclui que as FA portuguesas possuem muitas das capacidades militares necessárias para participar em conflitos desta natureza, mas apresentam algumas lacunas. Possuem as capacidades para conduzir operações de segurança marítima e dissuasão e patrulhas; comunicações e sistemas de informação; proteção e apoio geral de engenharia; nuclear, biológica, química e radiológica; operações psicológicas; cooperação civil militar; forças de operações especiais e inativação de engenhos explosivos.

As capacidades de sustentação e transporte, ataques de precisão, edificação das FSeg da nação hospedeira, unidades de combate, apoio de fogos indireto, interoperabilidades terra-ar, mobilidade aérea, ciberdefesa e controlo de tumultos, apresentam algumas lacunas ou limitações. As FA não dispõem das capacidades de aviação naval, aviação do exército, análise forense e informações policiais.

Das capacidades com lacunas ou inexistentes, a GNR pode assegurar as capacidades de edificação das FSeg da HN, relativamente ao treino das polícias; controlo de tumultos; análise forense e informações policiais. Estas capacidades podem ser integradas num contingente nacional das FA, em comando operacional do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e comando administrativo-logístico do comandante de contingente.



Abstract

This research aims to identify the core capabilities that the Portuguese Armed Forces (AF) need to participate in asymmetric conflicts.

It begins with a review of the literature addressing the concepts of asymmetric warfare and asymmetric threats, such as terrorism and subversion. Afterwards, it presents examples of the use of AF in asymmetric conflicts in the time period after September 11, 2001, develops the concept of counterinsurgency and addresses the cooperation between the AF and Security Forces. According to the analysis model applied, it studies the asymmetric threats and AF, detailing what their goals, methods and capabilities. The military capabilities of AF are compared with the capabilities of the national AF to realize what are the limitations and gaps that can be addressed by the Security Forces, namely the National Republican Guard (GNR) and in which model of cooperation.

Concludes that the Portuguese AF has many of the military capabilities required to engage in conflicts of this nature, but have some gaps. It has the capabilities to conduct maritime security operations and patrols and deterrence, communications and information systems, protection and engineering general support, nuclear, biological, chemical and radiological, psychological operations, civil-military cooperation, special operations forces and explosive and ordnance disposal.

The capabilities of sustainment and transportation, precision strikes, building host-nation's security forces, combat units, indirect fires support, interoperability surface to air, air mobility, cyber defense and crowd and riot control, have some gaps or limitations. The AF doesn't have the capabilities of naval aviation, army aviation, forensics and law enforcement information.

The capabilities with gaps or missing that the GNR can ensure are building host-nation's security forces with the training of police officers; crowd and riot control, forensics and law enforcement information. These capabilities can be integrated into a national contingent of the AF in operational command of the Chief of the General Staff of the Armed Forces and in administrative and logistical command of the contingent commander.



Palavras-Chave

Ameaças assimétricas, Capacidades, Conflitos Assimétricos, Contrassubversão, Forças Armadas, Forças de Segurança, Guarda Nacional Republicana.



Lista de abreviaturas

9/11	Ataque às torres gémeas de Nova Iorque, a 11 de setembro de 2001
AAP-6	Glossário de termos e definições da OTAN
ADCON	Controlo Administrativo / <i>Administrative control</i>
ADM	Armas de Destruição Massiva
AI	Interdição Aérea / <i>Air Interdiction</i>
AJP	<i>Allied Joint Publication</i>
ANA	<i>Afghan National Army</i>
ANP	<i>Afghan National Police</i>
APCV	<i>All-Protected Carrier Vehicle</i>
AQIM	<i>Al-Qaeda in the Islamic Maghreb</i>
BAO	Bateria de Aquisição de Objetivos
CAS	Apoio Aéreo Próximo / <i>Close Air Support</i>
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CHB	<i>Clear, Hold and Build</i>
C-IED	<i>Counter - Improvised Explosive Devices</i>
CIMIC	Cooperação Civil Militar / <i>Civil-Military Cooperation</i>
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível
CIRC	<i>Computer Incident Response Capability</i>
CIS	Comando e Controlo e Comunicações e Sistemas de Informação / <i>Command and Control-Communication and Information Systems</i>
COCONJ	Centro de Operações Conjunto
COIN	<i>Counterinsurgency</i>



CRP	Constituição da República Portuguesa
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CTOE	Centro de Tropas de Operações Especiais
CWIED	<i>Command Wire Improvised Explosive Device</i>
DAE	Destacamento de Ações Especiais
DIRLAUTH	Autoridade para coordenação / <i>Direct Liaison Authority</i>
EOD	Inativação de Engenhos Explosivos / <i>Explosive Ordnance Disposal</i>
EUA	Estados Unidos da América
EUROGENDFOR	<i>European Gendarmerie Forces</i>
EUTM	<i>European Union Training Mission</i>
FA	Forças Armadas
FAP	Força Aérea Portuguesa
FARC	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Columbia</i>
FM	<i>Field Manual</i>
FPU	<i>Formed Police Units</i>
FSeg	Forças de Segurança
FULCOM	Comando Completo / <i>Full Command</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPS	<i>Global Positioning System</i>
GWOT	<i>Global War On Terrorism</i>
H	Hipótese
HMMWV	<i>High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle</i>
HN	Nação Hospedeira / <i>Host Nation</i>



HUMINT	Recolha de informações de fontes humanas / <i>Human Intelligence</i>
IDF	<i>Israel Defense Forces</i>
IED	Engenhos Explosivos Improvisados / <i>Improvised Explosive Devices</i>
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IPS	<i>Iraqi Police Service</i>
IPU	<i>Integrated Police Unit</i>
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
ISR	Informações, Vigilância e Reconhecimento / <i>Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
ISTAR	Informações, Vigilância, Aquisição de Alvos e Reconhecimento / <i>Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance</i>
JP	<i>Joint Publication</i>
LDN	Lei da Defesa Nacional
LMV	<i>Light Multirole Vehicle</i>
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das FA
LOGCON	Controlo Logístico / <i>Logistic control</i>
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
LSI	Lei de Segurança Interna
MRAP	<i>Mine-Resistant Ambush Protected</i>
MSO	Operações de Segurança Marítima / <i>Maritime Security Operations</i>
MSU	<i>Multinational Specialized Unit</i>
NBQR	Nucleares, Biológicas, Químicas e Radiológicas
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
NPTC	<i>National Police Training Centre</i>



NTM-A	<i>NATO Training Mission Afghanistan</i>
NTM-I	<i>NATO Training Mission Iraq</i>
OEF	<i>Operation Enduring Freedom</i>
OMLT	<i>Operational Mentor and Liaison Teams</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OPCOM	Comando Operacional / <i>Operational Command</i>
OPCON	Controlo Operacional / <i>Operational Control</i>
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PBIED	<i>Person-Borne Improvised Explosive Device</i>
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PJM	Polícia Judiciária Militar
PITVANT	Projeto de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Não-Tripulados
PSYOPS	Operações Psicológicas / <i>Psychological Operations</i>
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QRF	<i>Quick Reaction Force</i>
RCIED	<i>Radio Controlled Improvised Explosive Device</i>
RRU	<i>Rapid Response Unit</i>
SACEUR	<i>Supreme Allied Commander Europe</i>
SGSI	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SPU	<i>Stability Police Units</i>
TACOM	<i>Tactical Command</i>



TACON	<i>Tactical Command</i>
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i>
TO	Teatro de Operações
UALE	Unidade de Aviação Ligeira do Exército
UAV	<i>Unmanned Aerial Vehicle</i>
UE	União Europeia
UEO	Ex-União da Europa Ocidental
US	<i>United States</i>
USMC	<i>United States Marine Corps</i>
VBIED	<i>Vehicle-Borne Improvised Explosive Device</i>



Introdução

A conflitualidade global durante o século XX foi fortemente marcada pelas guerras entre Estados. Contudo, essa realidade mudou no início deste século. No final da Guerra Fria, os Estados Unidos da América (EUA) assumiram-se como única superpotência, levando alguns autores, como Francis Fukuyama, a defenderem o “fim da história” e o triunfo do capitalismo liberal (Nye, 2000, p. 266). Este período, que foi assinalado por pequenos conflitos regionais, terminou com o ataque às torres gémeas de Nova Iorque, a 11 de setembro de 2001 (9/11) e com uma nova e letal ameaça assimétrica ao ocidente, baseada no terrorismo e no extremismo religioso à escala mundial (CACI International Inc, 2008, p. 2). Os ataques causaram enorme perturbação e surpresa nos EUA e no mundo, abrindo caminho para que grupos terroristas, incapazes de enfrentar diretamente forças militares convencionais no tradicional espaço de batalha, adotassem a estratégia de conflito assimétrico, que caracteriza grande parte das operações militares atuais (Newmyer & Rosen, 2008, p. 21).

Ainda antes do ataque às torres gémeas, o historiador militar israelita Martin van Creveld (2000) referiu que o período de 300 anos, no qual as guerras eram associadas primariamente ao conflito entre Estados, tinha chegado ao fim. As guerras do futuro seriam caracterizadas por conflitos de “baixa intensidade” e as Forças Armadas (FA) teriam de adaptar a sua organização, equipamentos e doutrina. Na mesma linha, o General britânico Sir Rupert Smith (2005, pp. 9-37), no seu livro “A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno” teorizou que a guerra, como “batalha campal entre homens e material, ou ainda como grande evento decisivo numa disputa internacional”, já não existe, tendo o paradigma mudado para “guerra entre o povo”, na qual os adversários são, maioritariamente, não estatais.

De acordo com estes autores e com o histórico dos últimos 12 anos, é provável que os próximos conflitos internacionais sejam travados no seio da população, entre Estados e atores não estatais e caracterizados pela assimetria.

A assimetria não é uma novidade da conflitualidade dos tempos modernos. Desde o fim da II Guerra Mundial ocorreram mais de 80 conflitos assimétricos e só nos anos 1999 e 2000 registaram-se 50 confrontos desta natureza (Visacro, 2009, p. 7).

Para Portugal, esta tipologia de conflitos também não é novidade, nomeadamente no quadro da Guerra do Ultramar, travada nas décadas de 60 e 70 do século passado: o



extraordinário feito de armas de conduzir três campanhas de contrassubversão, em simultâneo, em Angola, Guiné Bissau e Moçambique (Cann, 2005, p. 23).

Contudo, apesar de sempre terem existido conflitos assimétricos, desde o 9/11 que estes vêm assumindo uma nova importância, mudando mesmo o paradigma da conflitualidade. Atualmente, os Estados defrontam-se com atores infraestaduais e supraestaduais capazes de executar operações militares (Garcia, 2007), como grupos terroristas transnacionais, organizações e movimentos fundamentalistas religiosos e grupos extremistas. Estes novos atores não estão confinados aos Teatros de Operações (TO), mas estendem-se ao seio dos próprios Estados, seus adversários, como foi demonstrado pelo 9/11 mas, também, pelos atentados de Madrid, em 11 de março de 2004, e de Londres, em 7 de julho de 2005.

Estas novas e profundas ameaças assimétricas carecem de renovadas respostas das FA ocidentais (Thornton, 2007, p. viii). Neste sentido, perspetiva-se que, no quadro da aliança atlântica e outras organizações internacionais de que Portugal faz parte, a participação nacional seja em conflitos desta natureza. Para tal, torna-se necessário estudar que capacidades deverão as FA Portuguesas possuir para cumprir a sua missão em ambiente de assimetria.

O objeto da investigação é o emprego das FA em conflitos assimétricos e delimitou-se o mesmo ao estudo das principais capacidades que as FA necessitam de ter para fazer face às ameaças assimétricas, no âmbito externo, ou seja, fora do território nacional, integradas em forças multinacionais enquadradas pelas organizações internacionais a que Portugal pertence. Numa perspetiva de atualidade e de mudança do paradigma das ameaças, delimitou-se temporalmente o estudo aos conflitos assimétricos que tiveram lugar no século XXI, pós 9/11. Relativamente ao estudo das Forças de Segurança (FSeg), delimitou-se a análise às capacidades da Guarda Nacional Republicana (GNR), devido à sua natureza militar, compatibilidade de doutrina e equipamentos e experiências em missões internacionais.

O objetivo geral da investigação é identificar quais as principais capacidades de que as FA Portuguesas necessitam para participar em conflitos assimétricos. Desta forma, formularam-se os seguintes objetivos específicos: compreender as lógicas associadas aos conflitos e ameaças assimétricas; identificar os objetivos, métodos e principais capacidades militares dos atores intervenientes em conflitos assimétricos; aferir quais as capacidades que as FA Portuguesas não dispõem para serem empregues em conflitos assimétricos e



identificar quais as capacidades das FSeg passíveis de suprir as faltas verificadas nas FA, no emprego em conflitos assimétricos.

O modelo de investigação da temática em questão seguiu o normativo comumente aceite para investigação científica aplicada ao campo social e político, e teorizado por autores como Raymond Quivy, Luc Van Campenhoutt, Stephen Van Evera ou mesmo Anthony Giddens. Para orientação da investigação e considerando o atrás apresentado, designadamente no que à delimitação de tema diz respeito, foi definida a seguinte Questão Central (QC): Quais as principais capacidades que as FA Portuguesas necessitam para participar em conflitos assimétricos?

No sentido de operacionalizar a execução da investigação e inferir a resposta à QC, foram formuladas as seguintes Questões Derivadas (QD) e respetivas hipóteses (H) de resposta:

QD1 – Quais as principais características dos conflitos assimétricos?

H1 – Os conflitos assimétricos caracterizam-se pelo confronto entre atores estatais e não estatais, que têm assimetria de meios, tecnologia, táticas e procedimentos, sendo normalmente travados no seio da população.

QD2 – Quais as principais capacidades militares dos atores presentes em conflitos assimétricos?

H2 – Os atores presentes em conflitos assimétricos empregam capacidades letais e não letais para subordinar a vontade do contendor e controlar da população, com vista ao controlo político de um determinado território.

QD3 – Em que medida as capacidades das FA Portuguesas permitem participar em conflitos assimétricos?

H3 – As FA Portuguesas possuem a globalidade das capacidades necessárias para participarem em conflitos assimétricos, apesar de apresentarem algumas limitações ou lacunas.

QD4 – Em que medida as FSeg podem complementar as capacidades das FA em conflitos assimétricos?

H4 – As FSeg possuem capacidades que podem ser empregues em conflitos assimétricos. Essas capacidades podem complementar e suprir faltas das FA, numa lógica de cooperação e integração em estruturas conjuntas, como contingentes nacionais.

Na referenciação bibliográfica das fontes empregues neste trabalho foi utilizado o *software* para referenciação automática, através do estilo “*Harvard - Anglia*” da ferramenta



de referenciação incorporada no *Microsoft Word*® 2007.

O estudo está organizado em quatro capítulos e termina com as conclusões. O primeiro capítulo expõe uma revisão da literatura de vários autores relevantes sobre a temática em apreço. Começa pelo conceito de conflitos assimétricos, apresentando diversas definições de autores nacionais e estrangeiros e como a doutrina nacional se relaciona com este assunto, através de outras conceções, como as guerras irregular, de guerrilha e subversiva. De seguida, apresenta as ameaças assimétricas que, sendo mais fracas, procuram anular a vantagem dos adversários, através de métodos e meios diferentes. Aborda o terrorismo, como tática e uso do terror para a persecução de objetivos políticos e as noções de insurgência e subversão, detalhando as suas diferenças e os seus pontos comuns, como a deslegitimação do governo e a importância da população.

O segundo capítulo enquadra os conflitos assimétricos no período temporal em estudo e de acordo com a definição apresentada no capítulo anterior. Apresenta o emprego das FA neste tipo de conflitos, expondo de uma forma geral as campanhas do Afeganistão, Iraque e Mali e detalhando a contribuição nacional para as mesmas. Desenvolve o conceito de contrassubversão, explicando como ressurgiu nos EUA e como se define na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na doutrina nacional. Termina com a cooperação entre as FA e as FSeg, para perceber como estas forças se têm relacionado em território nacional e no cumprimento de missões multinacionais.

O terceiro capítulo detalha o modelo de análise usado nesta investigação que é, depois, aplicado no capítulo seguinte. O quarto capítulo começa por analisar as ameaças assimétricas, detalhando quais os seus objetivos, métodos e capacidades. Seguidamente aplica-se o mesmo modelo para estudar as FA, terminando com as capacidades necessárias para participar em conflitos assimétricos. Estas capacidades são comparadas com as capacidades nacionais para perceber quais as limitações e lacunas e como podem ser supridas pelas FSeg, em especial pela GNR e qual o modelo de cooperação, no que respeita à estrutura organizacional.

Por último apresenta as conclusões, onde se pode ler que as FA portuguesas possuem muitas das capacidades militares necessárias para participar em conflitos desta natureza, mas apresentam algumas lacunas. Possuem as capacidades para conduzir operações de segurança marítima e dissuasão e patrulhas; comunicações e sistemas de informação; proteção e apoio geral de engenharia; nuclear, biológica, química e radiológica; operações psicológicas; cooperação civil militar; forças de operações especiais



e inativação de engenhos explosivos.

As capacidades de sustentação e transporte, ataques de precisão, edificação das FSeg da nação hospedeira, unidades de combate, apoio de fogos indireto, interoperabilidades terra-ar, mobilidade aérea, ciberdefesa e controlo de tumultos, apresentam algumas lacunas ou limitações. As FA não dispõem das capacidades de aviação naval, aviação do exército, análise forense e informações policiais.

Das capacidades com lacunas ou inexistentes, a GNR pode assegurar as capacidades de edificação das FSeg da HN, relativamente ao treino das polícias; controlo de tumultos; análise forense e informações policiais. Estas capacidades podem ser integradas num contingente nacional das FA, em comando operacional do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e comando administrativo-logístico do comandante de contingente.



“The 9/11 terrorist attacks and the war in Afghanistan are among the best-known recent examples of asymmetric warfare: conflicts between nations or groups that have disparate military capabilities and strategies.”

(Rand Corporation, 2013)

1. Revisão da literatura

No âmbito da temática em estudo interessa começar por fazer uma breve revisão da literatura. Em virtude do vasto número de obras que direta ou indiretamente tratam esta temática, entende-se útil cingir a revisão literária aos conflitos assimétricos e ameaças assimétricas.

a. Conflitos assimétricos

Desde o advento da conflitualidade que atores mais fracos tentaram adotar métodos que permitissem derrotar atores mais fortes. Por volta do ano 500 a.C., Sun Tzu (2005) referiu que se deve “evitar temporariamente o inimigo que é mais forte” e que “a vitória pode ser conquistada, apesar da superioridade do inimigo”. No início do século XX, o oficial britânico T.E. Lawrence (1917), que ficou conhecido como “Lawrence das Arábias” depois da sua experiência no seio dos árabes durante a revolta contra os turcos (Faulkner, 2010), foi dos primeiros militares a perceber e escrever sobre o conceito de guerra assimétrica. Nos seus “27 Artigos” refere: “Quanto mais árabe e pouco ortodoxos os seus procedimentos, mais provável o sucesso sobre os turcos, que serão apanhados de surpresa”.

O General norte-americano David Grange (2000, p. 1) definiu guerra assimétrica como conflitos desviados da norma ou uma abordagem indireta para afetar o equilíbrio de uma força, podendo ser uma estratégia, uma tática ou métodos de conduzir a guerra ou conflitos. No entanto, esta definição é, de algum modo, simplista, existindo outras definições e abordagens mais detalhadas, desenvolvidas em muitos livros e artigos pós 9/11. Apresentam-se, de seguida, as consideradas mais relevantes.

O oficial britânico John Russell (2002, pp. 120-121), refere que a conflitualidade se pode caracterizar em duas categorias, simétrica ou assimétrica. Estas categorias não são estanques e têm tendência a misturar-se. Um conflito pode começar simetricamente e transformar-se em assimétrico. Do mesmo modo, técnicas e armamento usados em conflitos assimétricos podem também ser usados em conflitos simétricos. Em todos os conflitos existe sempre um grau de assimetria que permite ganhar vantagem, caso contrário



não haveria um vencedor. O mesmo autor refere que nos conflitos assimétricos há uma diferença entre os objetivos, capacidades, modalidades de ação e códigos morais dos oponentes. Neste sentido, a assimetria pode ser de vários tipos (Russell, 2002, pp. 120-121):

- Assimetria de interesse, que se prende com a falta de resolução e interesse, normalmente por parte dos atores mais fortes;
- Assimetria de vontade, ou a disponibilidade para aceitar riscos maiores;
- Assimetria de valores, nomeadamente entre atores com diferentes crenças, prioridades e princípios morais e legais;
- Assimetria de estratégias e táticas, a utilização de estratégias e táticas dissimilares para evitar a superioridade do oponente;
- Assimetria de tecnologia e capacidades, ou seja, a disparidade de meios e desenvolvimento;
- Assimetria organizacional, diferença na forma como as forças antagonistas se organizam;
- Assimetria de tempo, maior ou menor disponibilidade para conflitos prolongados no tempo (ex. “vocês têm os relógios, nós temos o tempo”¹).

Apesar de todos estes tipos de assimetria, para o General Ruppert Smith (2005, p. 22) “já não há guerras (...) existe confronto e conflito” e a designação de guerras assimétricas não passa de um eufemismo “para não ter que reconhecer que o adversário não faz o meu jogo e que eu não estou a ganhar”, visto que todos os contendores procuram a assimetria.

David Buffaloe (2006, pp. 17-18), oficial norte-americano e autor do artigo “*Defining Asymmetric Warfare*”, em 2006, considera que a guerra assimétrica é uma guerra não “tradicional” centrada na população, conduzida entre um poder militar superior e um ou mais poderes inferiores através de uma equação que engloba: avaliar e derrotar a ameaça assimétrica; conduzir operações assimétricas; perceber a assimetria cultural e avaliar o custo assimétrico (Figura nº 1).

¹ As declarações do Presidente dos EUA, Barack Obama, em junho de 2011, anunciando que as forças norte americanas deixariam o Afeganistão em 2014, originaram respostas de talibãs como “vocês têm os relógios, nós temos o tempo” (Landler & Cooper, 2011).

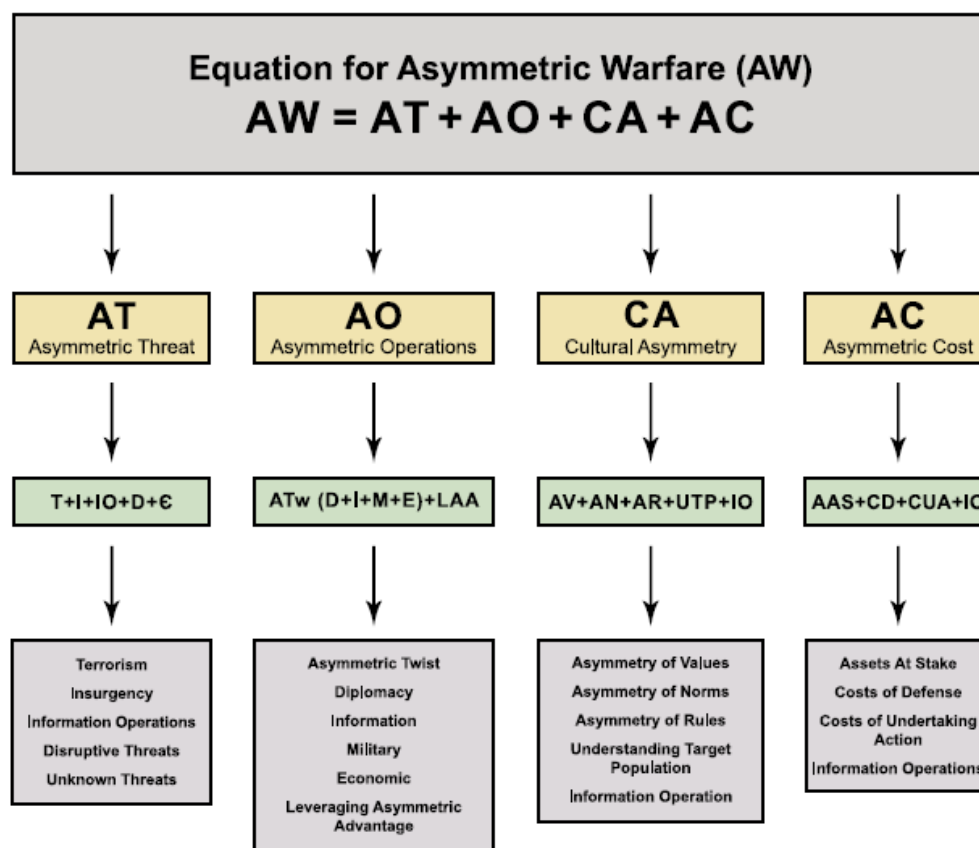


Figura nº 1 - Equação da Guerra Assimétrica

Fonte: (Buffaloe, 2006, p. 18)

Para o General Pinto Ramalho (2005, pp. 765-766), num artigo escrito para “Revista Militar”, os confrontos assimétricos caracterizam-se por “ações violentas conduzidas por Estados, quase Estados, ou não Estados”, que utilizam “meios não habituais, que ponham em causa valores distintos ou antagónicos, levando a cabo estratégias não tradicionais, empregando capacidades não convencionais ou não ortodoxas”. A natureza da assimetria depende dos seus interesses, valores, empenhamento, estratégias e táticas adotadas, bem como da capacidade tecnológica, organização e oportunidades.

O Tenente Coronel Proença Garcia (2009), considera que a “violência global é assimétrica e permanente” e que as guerras assimétricas caracterizam-se “sem frentes, sem campanhas, sem bases, sem uniformes, sem respeito pelos limites territoriais, de objetivos fluidos, de combate próximo, estando os combatentes misturados com a população que utilizam como escudo e, se necessário, como moeda de troca”.

Apesar destas abordagens de autores nacionais aos confrontos e guerras



assimétricas, estes conceitos não estão presentes na doutrina nacional. De acordo com o Espetro da Guerra (Figura nº 2) apresentado pelo General Abel Cabral Couto (1988, p. 158), que divide as Guerras em Internacionais e Internas, a tipologia que mais se aproxima dos conflitos assimétricos é a Guerra Subversiva, a “luta conduzida no interior de um Estado, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade (...) com o fim de lhe retirar o controlo desses territórios ou (...) paralisar a sua ação”.

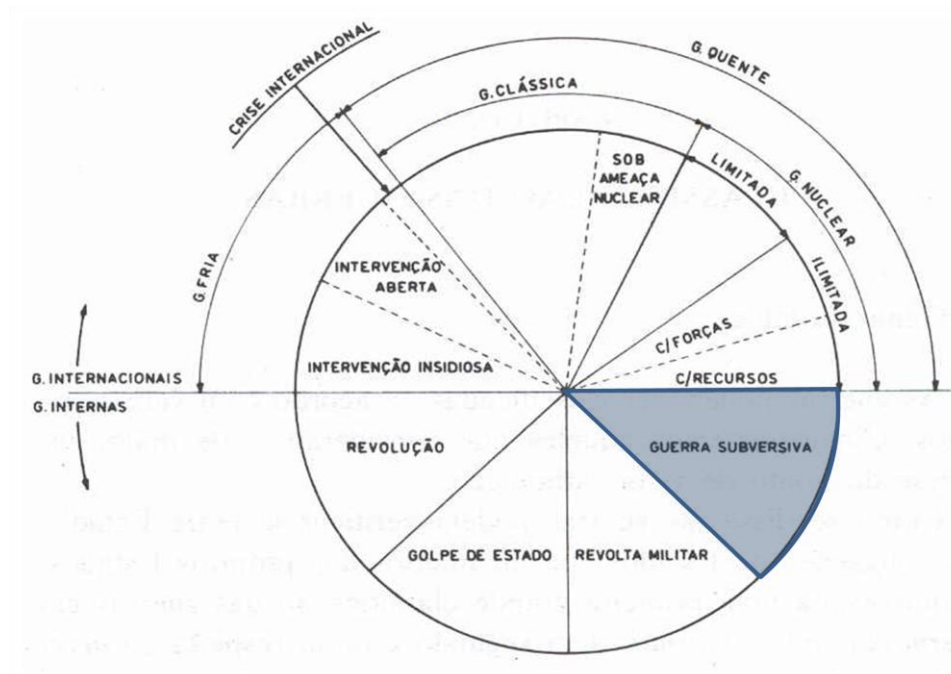


Figura nº 2 - O Espetro da Guerra

Fonte:(Couto, 1988, p. 152)

Concomitantemente, a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00 OPERAÇÕES, de abril de 2012, não considera os conflitos ou guerra assimétrica no espetro do conflito ou temas de campanha² (Figura nº 3). Apresenta, igualmente, a Guerra Subversiva no espetro do conflito, entre a Paz Instável e a Guerra Total, definida como “uma ação levada a cabo com o objetivo de derrubar pela força um governo ou poder instituído”, que difere da definição do General Cabral Couto, na medida em que não é explícito que essa ação seja conduzida pela população ou por parte dela. Nos temas de campanha, a PDE 3-00 refere Guerra Irregular como “uma luta violenta travada entre um Estado e atores não-Estado pela legitimidade e influência sobre uma população e um

² Tema de Campanha - um tema de campanha descreve o caráter da operação de grande envergadura dominante numa área de operações num dado período de tempo (Exército Português, 2012, p. 2_3).



território”, caracterizada pelas atividades de subversão, a contrassubversão e “a existência de um ambiente que se denominou por guerra não convencional” (Exército Português, 2012, pp. 2_1 - 2_8).

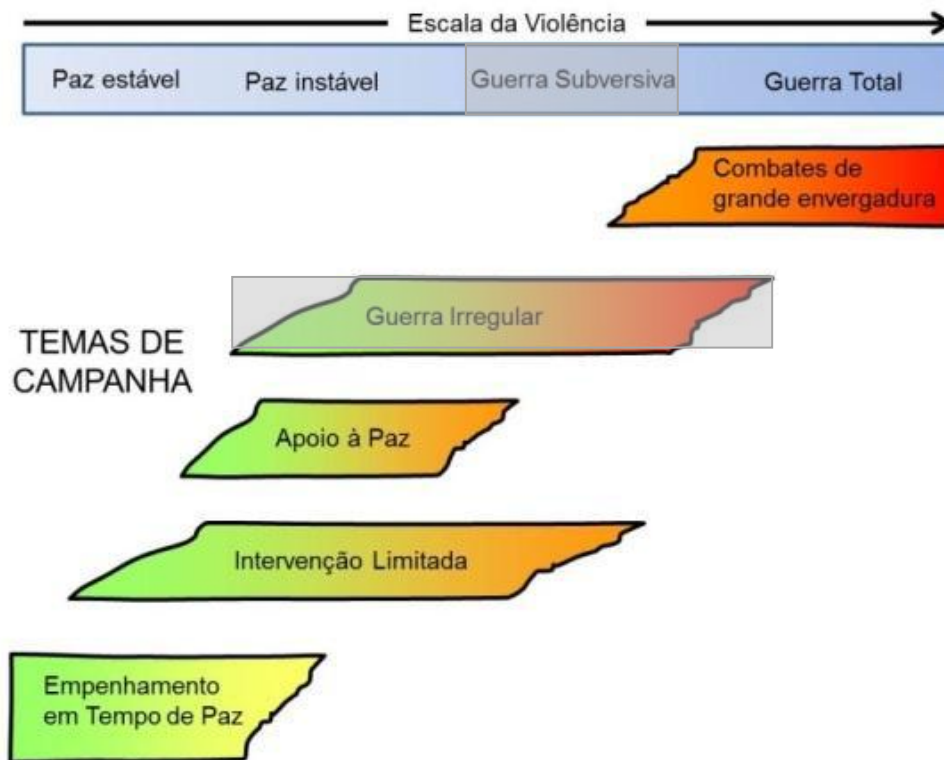


Figura nº 3- O Espetro do conflito e os temas de campanha
(Exército Português, 2012, p. 2_3)

O âmbito da Guerra Irregular envolve outros conceitos como terrorismo, insurgência, movimento de resistência e Guerra de Guerrilha (Visacro, 2009, p. 7). Para Henry Kissinger (1994, p. 547), no seu clássico “Diplomacia”, a Guerra de Guerrilha diz respeito à segurança da população, com os guerrilheiros a esconderem-se entre ela e a conduzirem táticas de ataque e fuga durante muito tempo, mesmo com reduzidas forças. O Manual “O Exército na Guerra Subversiva” define este tipo de conflito como a “ Guerra levada a efeito por forças de organização e características especiais, muito ligeiras, dispersas e clandestinas, contra as forças que controlam um dado território. É uma forma de ação utilizável em qualquer tipo de guerra (convencional, nuclear ou subversiva) e, portanto, um dos processos empregados para levar a efeito uma guerra subversiva” (Ministério do Exército, 1963, p. I_17).



De acordo com os autores apresentados há vários conceitos que se relacionam com os conflitos assimétricos, como guerra de guerrilha, guerra subversiva e guerra irregular. Contudo, é transversal a todas as definições que os conflitos assimétricos são operações militares conduzidas no seio da população. A assimetria é algo que todos os contendores procuram para obter vantagem, no entanto também se materializa pela assimetria de meios e tecnologia, interesses e valores, táticas e tempo.

O acadêmico Rod Thornton (2007, p. 21) refere no seu livro “*Asymmetric Warfare*”, que mais importante do que definir os conflitos assimétricos é perceber o que significam, como tal iremos abordar de seguida as ameaças assimétricas.

b. Ameaças assimétricas

O General Abel Cabral Couto (1988, p. 329) define ameaça como “qualquer acontecimento ou ação que contraria a persecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais”.

De acordo com a *Allied Joint Publication (AJP) - 01* da OTAN, adversários que utilizem métodos não convencionais e forças irregulares para anular a vantagem militar da aliança e a sua vontade, credibilidade e influência, constituem-se como ameaças assimétricas. Estas ameaças definem-se pela natureza do adversário, seus ideais e objetivos e métodos não convencionais (NATO, 2010a, p. 2_7). Ainda no âmbito da Aliança Atlântica, o glossário de termos e definições (AAP-6) define ameaças assimétricas como as que emanam do uso potencial de meios e métodos diferentes, para evitar ou anular os pontos fortes do adversário ou explorar as suas fraquezas para obter um resultado desproporcionado (NATO, 2008, p. 2_A_20).

Rod Thornton (2007, p. 25) considera os terroristas como os adversários assimétricos arquetípicos. Sendo fracos em número e recursos, conseguem potenciá-los originando efeitos estratégicos catastróficos. A equação de Buffaloe (2006, p. 17) considera várias ameaças assimétricas, das quais as primeiras são o terrorismo e a insurgência. Outros autores, como Steven Lee e Christopher Corpora, consideram ameaças assimétricas os grupos terroristas transnacionais (Lee, 2004, p. 248) e o terrorismo-insurgência, que tem como objetivo criar uma violenta resistência política (Corpora, 2006, p. 70).

O 9/11 demonstrou as capacidades de um determinado inimigo e a vulnerabilidade dos membros da OTAN perante ataques terroristas de larga escala, levando à invocação do



artigo 5º por parte dos EUA e a operações subsequentes da aliança (NATO, 2002, p. 2_T_5).

Para Bullaloe (2006, p. 18), o conceito de terrorismo engloba várias formas, como o terrorismo suicida, os ataques catastróficos como o 9/11, os assassinatos políticos ou os ataques biológicos, com o objetivo de provocar um efeito terrífico. Na era da informação, as suas mensagens são difundidas em tempo real e para todo o mundo, tendo mais importância a ameaça do terror do que a própria ação. Não pretendem atingir objetivos políticos e o apoio da população não é essencial.

Noutra perspetiva relativamente aos objetivos, Bruce Hofman (2006), especialista norte-americano em contraterrorismo, considera o terrorismo como a utilização da violência, ou a ameaça de uso da violência, para alcançar poder e obter resultados políticos. Ou seja, o terrorismo é um ato planeado, calculado e sistemático, ao serviço de objetivos políticos, através de intimidação coerciva.

O terrorismo pode também ser visto como uma tática ou ação, ou como uma manifestação dos conflitos assimétricos (Sloan, 1998, p. 190). Como Francis Fukuyama escreveu “o terrorismo é apenas um meio para atingir um fim; nesse sentido, guerra contra o terrorismo faz tanto sentido como guerra contra submarinos” (Fukuyama cit. Killcullen, 2005).

A *Joint Publication (JP) 3-26 Counterterrorism* considera o terrorismo uma tática escolhida racionalmente, em relação aos custos e benefícios, com vista a atingir um objetivo ideológico. No entanto, alguns indivíduos ou pequenas organizações violentas podem empregar métodos terroristas sem causas particulares ou uma ideologia confessas, apenas motivados puramente pelo desejo de cometer atos violentos (Joint Chiefs of Staff, 2009a, p. x).

No Manual “O Exército na Guerra Subversiva”, o terrorismo é “uma das mais importantes formas de ação da subversão” com a finalidade de “criar na população um clima de medo” com vista a obter ou evitar o apoio às autoridades; criar dificuldades em serviços essenciais e eliminar indivíduos que prejudiquem a subversão, através de atentados e sabotagens. Pode ser sistemático, ou seja, dirigido à globalidade da população ou seletivo, focado em alvos específicos. (Ministério do Exército, 1963, p. I_16)

Concordantemente, para o especialista australiano em contrassubversão, David Killcullen (2005, p. 603), terrorismo é violência motivada politicamente contra não combatentes, com a intenção coagir pelo medo e é uma componente de, praticamente,



todas as subversões, partilhando os mesmos objetivos.

Apesar das diferentes abordagens ao terrorismo, considera-se que este utiliza o terror para criar um clima de medo na população e, assim, atingir um objetivo político. No entanto, é também uma tática que pode ser empregue em cenários de subversão e que se aborda de seguida.

Os conceitos de subversão e insurgência (do inglês *insurgency* ou também, em português insurreição (Priberam, 2012)), que dão origem às respostas militares de contrassubversão e *counterinsurgency* (COIN), respetivamente, são termos relacionados e muitas vezes utilizados como sinónimos.

O militar francês David Galula (1964, pp. 5-8), um dos primeiros estudiosos a desenvolver a teoria e prática da COIN, no seu livro “*Counter-Insurgency Warfare*”, de 1964, considera insurgentes e COIN dois aspetos do mesmo conflito e utiliza a expressão “guerra revolucionária” para os tratar como um todo.

A definição nacional de subversão, ou Guerra subversiva, é uma “luta conduzida no interior de um dado território, por parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar ou, pelo menos, de paralisar a sua ação” (Ministério do Exército, 1963, p. I_1).

No AJP 3.4.4, insurgência é definida como as ações de um grupo ou movimento organizado, frequentemente ideologicamente motivado, que procura efetuar ou prevenir uma mudança política de uma autoridade de governo de uma região, focado em persuadir ou coagir a população, através do uso da violência e subversão (NATO, 2011a, p. 3_1). Neste âmbito, a subversão, tal como o terrorismo, a criminalidade e a desordem, é uma das atividades irregulares da insurgência (Figura nº 4), que visa minar a força militar, económica, psicológica ou política e o moral de um agente governativo (NATO, 2011a, p. 2_17).

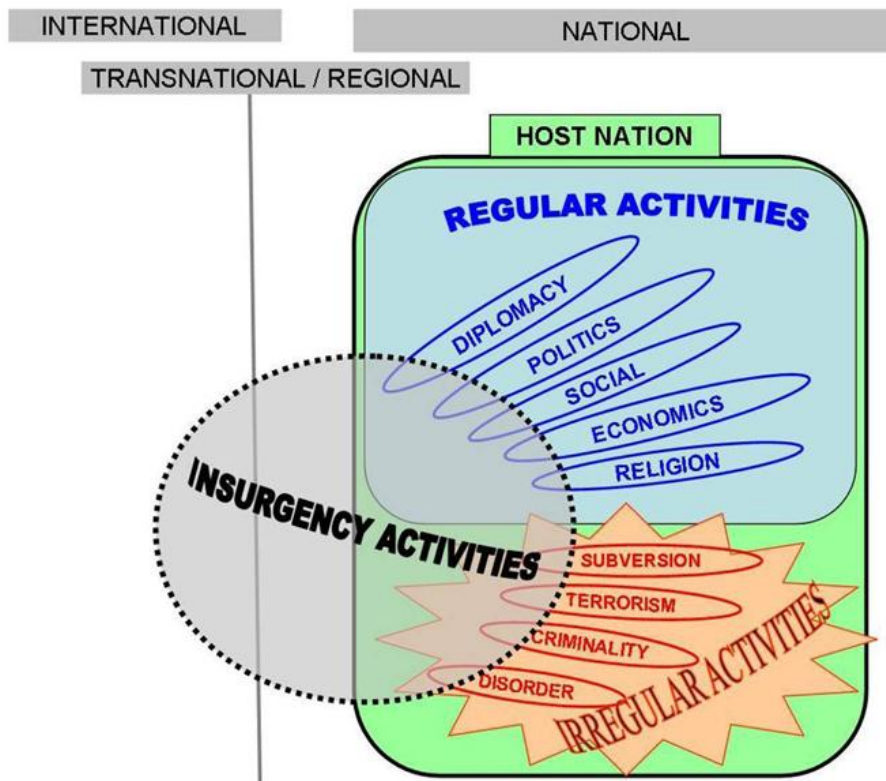


Figura nº 4 - Natureza da insurgência

Fonte: (NATO, 2011a, p. 3_2)

Por outro lado, de acordo com a doutrina nacional, a insurreição é a última das cinco fases da subversão (Ministério do Exército, 1963, pp. I_10-11):

- 1ª Fase – Preparação da subversão: fase preparatória;
- 2ª Fase – Criação do ambiente subversivo: fase de agitação;
- 3ª Fase – Consolidação da organização subversiva: fase do terrorismo e da guerrilha;
- 4ª Fase – Criação de bases e de forças pseudo-regulares: fase do “estado subversivo”;
- 5ª Fase – Insurreição geral: fase final, guerra propriamente dita.

A fase da insurreição geral traduz-se na transformação das forças subversivas em FA, que visam o controlo de todo o território, obtendo a total adesão da população à causa da subversão (Ministério do Exército, 1963, p. I_13).

Devido a novas realidades geopolíticas e ao aparecimento de atores não estatais, a insurgência atual é de alcance global, normalmente urbana e de espectro mais diversificado, apresentando características diferentes da subversão que as FA portuguesas defrontaram no século passado em África, iminentemente rural (Reis, 2011, p. 20).



No entanto, o fator mais importante em ambas as definições é a população. A analogia do peixe e da água de Mao Tsé Tung ilustra bem esta importância: a população é para os insurgentes como a água é para os peixes (Pelli, 1990). A população é, em simultâneo, o ambiente onde a subversão se processa, o objetivo a conquistar e ainda um dos meios para atingir esse objetivo (Ministério do Exército, 1963, p. 1_19). Ambos os insurgentes e contra insurgentes tentam ganhar o apoio da população, que tem um papel fundamental a desempenhar no resultado de operações complexas, como se pode constatar na Figura nº 5. O apoio da população é um fator chave no planeamento e execução de campanhas de COIN (NATO, 2011a, p. 1_4).

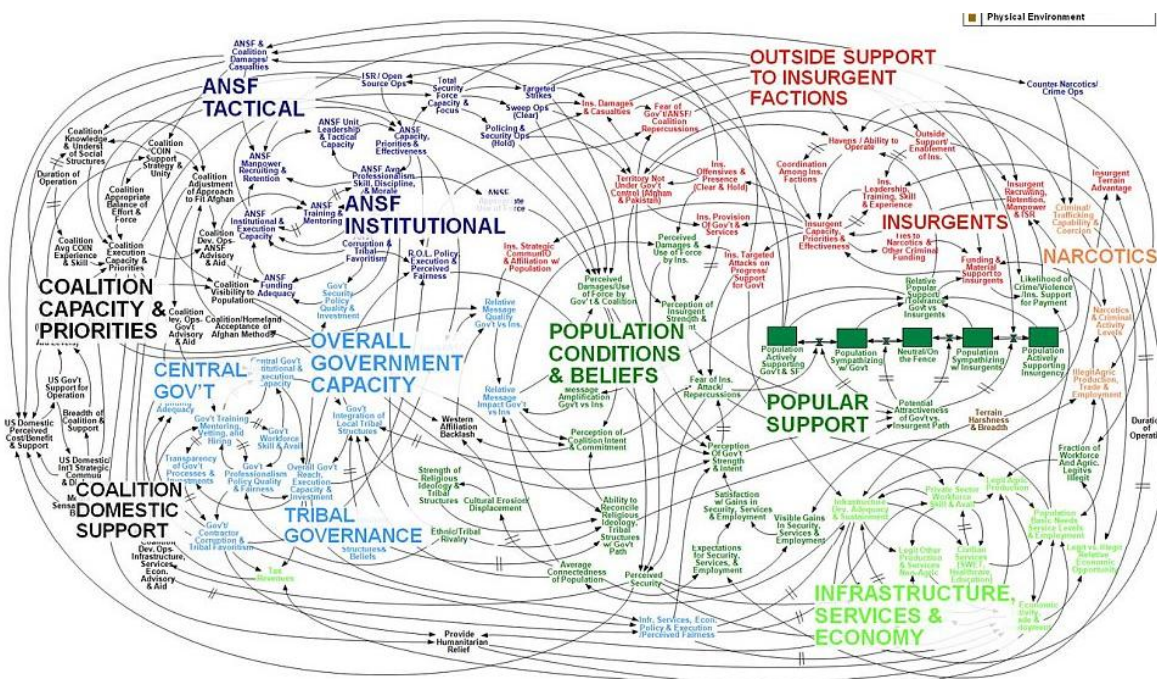


Figura nº 5 - Dinâmica da COIN do Afeganistão

Fonte: (Associated Newspapers Ltd, 2010)

Assim, pode constatar-se que subversão e insurgência são termos relacionados mas não são sinónimos: a subversão é uma das atividades irregulares da insurgência e a insurreição é uma fase da subversão. O objetivo é o mesmo, o de interferir com a ação do governo, mas na subversão as ações são conduzidas por parte dos habitantes, apoiados ou não pelo exterior e na insurgência tal não é obrigatório, podendo ser conduzidas na totalidade por agentes de fora das regiões onde atuam.



c. Síntese conclusiva

No âmbito do presente trabalho e de acordo com delimitação apresentada, consideram-se conflitos assimétricos operações militares conduzidas no exterior dos próprios Estados, travadas no âmbito multinacional, sob a égide de organizações internacionais, em apoio a uma nação hospedeira (HN), num ambiente não permissivo devido a ameaças assimétricas.

As ameaças assimétricas caracterizam-se pela assimetria de meios e tecnologia, interesses e valores, táticas e tempo e centram a sua ação no seio da população. A população é simultaneamente ambiente onde operam, onde recrutam, recolhem apoio e se misturam e é, também, o objetivo que pretendem conquistar para deslegitimar o governo instituído. Para alcançar o seu objetivo, utilizam métodos convencionais e não convencionais e forças irregulares, bem como táticas terroristas, para criar um clima de medo e insegurança.

Em suma, consideram-se conflitos assimétricos as campanhas de contrassubversão, nos quais uma força multinacional opera em apoio a uma HN.



2. Enquadramento

Neste capítulo pretende-se fazer um enquadramento à temática em estudo, através da abordagem ao emprego das FA em conflitos assimétricos, à contrassubversão como resposta integrada às ameaças assimétricas e, por fim, à cooperação entre as FA e as FSeg Portuguesas.

a. Emprego das FA em conflitos assimétricos

Nos últimos 12 anos, período em estudo de acordo com a delimitação temporal do presente trabalho, as FA foram empregues para fazer face a ameaças assimétricas em várias partes do mundo.

As campanhas conduzidas pelas FA Colombianas contra as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Columbia* (FARC), entre 2002 e 2010, que combinaram insurgência com narcotráfico e criminalidade de todo o tipo (Marks, 2008, p. 2009) ou as conduzidas pelas *Israel Defense Forces* (IDF) na Faixa de Gaza e Cisjordânia, entre 2000 e 2005 (Catignani, 2008, p. 233), são exemplos do emprego de FA em conflitos assimétricos. No entanto, estas operações foram executadas pelas FA daqueles países dentro das suas fronteiras, numa lógica de segurança interna.

Numa dimensão externa, enquadrada no âmbito deste trabalho e de forças multinacionais em apoio a uma nação hospedeira, os exemplos mais evidentes são os do Afeganistão, do Iraque e, mais recentemente, do Mali.

Na sequência do 9/11, o então presidente norte-americano, George Bush, exigiu aos Talibãs que entregassem Osama bin Laden e a restante liderança da Al-Qaeda baseada no Afeganistão. A recusa deu origem à “*Operation Enduring Freedom*” (OEF), iniciada em outubro de 2001 (Marston, 2008, p. 256). O sucesso inicial na deposição do regime Talibã transitou para um cenário de insurgência, com os Talibãs e outros grupos insurgentes, como a *Haqqani Network* ou o *Hezb-e Islami Gulbuddin*, apoiados por grupos terroristas transnacionais como a Al-Qaeda, num esforço sustentado para derrubar o governo afegão. No período de 2002 a 2006 o Afeganistão transformou-se num teatro de insurgência generalizada, no qual o número de ataques de insurgentes aumentou 400% e o número de mortes por estes ataques em mais de 800% (Jones, 2008, p. 7). As forças da *International Security Assistance Force* (ISAF), criada pela Conferência de Bonn, em dezembro de 2001, conduzem uma operação de COIN para defrontar estas ameaças e encetam esforços no desenvolvimento das forças de segurança, apoiando a capacidade do governo afegão



para proporcionar segurança e melhor governação a todos os níveis (Marston, 2008, p. 285).

A insurgência no Iraque eclodiu no verão de 2003, após a vitória sobre as forças leais a Saddam Hussein em abril do mesmo ano. De 2003 a 2007, a ação das forças norte-americanas não obteve sucesso na democratização e edificação do exército, com predominância xiita, devido à minoria sunita. Os sunitas, que viviam principalmente em Bagdad e no norte e oeste do Iraque, representavam a grande maioria dos insurgentes, que viam os EUA como uma potência ocupante e conduziam ações para expulsar as forças internacionais e tentar recuperar algum do poder político e dos benefícios económicos que perderam para os xiitas depois da deposição do governo de Saddam. Em 2007, depois de quatro anos sem diminuição da atividade insurgente, os EUA mudaram de estratégia, com a adoção da doutrina de COIN (Malkasian, 2008).

Na sequência do derrube e morte de Muammar Gaddafi, a *Al-Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM) apoderou-se de armamento pesado e o Mali tornou-se na primeira baixa da revolução líbia, transformando a vasta e inóspita região do Sara no campo de batalha contra islamitas extremistas. Na sequência de um pedido do governo do Mali, em janeiro de 2013, a França desencadeou uma ofensiva surpresa terrestre e aérea contra os insurgentes, que apanhou muitos desprevenidos, incluindo a AQIM (Gonzalez, 2013). A ação militar francesa teve sucesso no combate direto com os islamitas armados, mas é provável que estes deixem as grandes cidades e se refugiem nos seus redutos nas montanhas de Tagargharat, no norte Azawad, conhecidas como "Tora Bora do Magrebe Islâmico". Desta localização, é plausível que os insurgentes conduzam uma guerra de guerrilha para desgastar as tropas africanas e francesas (Al Jazeera Center for Studies, 2013, p. 4).

No âmbito das suas responsabilidades para a Segurança Internacional, Portugal tem contribuído para missões de paz internacionais com mais de 20 mil militares em mais de 30 TO de crise, na Europa, África e Ásia (Garcia, 2008, p. 208).

No Afeganistão, as FA portuguesas têm participado regularmente no esforço internacional, tendo empenhado, até ao momento, 2130 militares. Desde 2002 contribuíram com: equipas sanitárias; destacamentos de C-130; equipa de controladores e de bombeiros; controladores aéreos avançados (*Tactical Air Control Party* - TACP); *Quick Reaction Force* (QRF); *Operational Mentor and Liaison Teams* (OMLT) de Guarnição e Divisão e equipas de formadores para a *NATO Training Mission Afghanistan* (NTM-A). Depois de



2011, após parecer favorável de 15 de dezembro de 2010 do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) a uma proposta apresentada pelo Governo, a participação portuguesa no âmbito da ISAF envolveu a participação de equipas com elementos da Marinha, do Exército, da Força Aérea Portuguesa (FAP) e da GNR para a formação e treino do exército (*Afghan National Army – ANA*) e polícia (*Afghan National Police – ANP*). Os militares da GNR terminaram a sua missão em março de 2013 (EMGFA, 2013).

As FA portuguesas foram empregues no Iraque na *NATO Training Mission – Iraq* (NTM-I), de fevereiro de 2005 a março de 2009, com o objetivo de assessorar as autoridades iraquianas no âmbito da formação e do estabelecimento das estruturas de comando das suas FSeg. Participaram por missão entre seis e nove militares do exército, num total de 53 (EMGFA, 2009).

No âmbito da missão do Mali, Portugal participa na *European Union Training Mission* (EUTM) com um oficial da FAP como *Deputy J6* no Quartel-General da missão, em Bamako e com uma Equipa *Sniper* de dois militares da Marinha e quatro do Exército, do Destacamento de Ações Especiais (DAE) e do Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), respetivamente, em Koulikoro (COC EMGFA, 2013).

Estas três campanhas enquadram-se no âmbito da contrassubversão, que irá ser abordada de seguida.

b. Resposta às ameaças assimétricas: Contrassubversão

A maioria das FA estão desenhadas para enfrentar imagens-espelho delas mesmas (Cooper, 2009, p. 6) mas os conflitos assimétricos exigem respostas adequadas e flexíveis. Por isso, precisam de se reorganizar e/ou treinar para poderem combater ameaças em todo o espectro, convencionais e assimétricas. Considerando a definição de conflitos assimétricos apresentada anteriormente, a principal ameaça assimétrica é a subversão, que utiliza táticas terroristas. As opções de resposta militar empregues nestas situações são o contraterrorismo e, essencialmente, a contrassubversão.

A globalização e a era da informação conduziram à transformação e fusão da subversão e terrorismo (Cassidy, 2008, p. 13). Por esse motivo, a linha entre contraterrorismo e contrassubversão tornou-se cada vez mais ténue, com o foco maior na contrassubversão, numa abordagem para conquistar os "corações e mentes", promover a boa governação e ganhar legitimidade aos olhos da população local (Rineheart, 2010).



O insucesso inicial no Afeganistão e no Iraque originou uma mudança na forma de combater das forças norte americanas, que revitalizou o conceito antigo de COIN, através do *Field Manual (FM) 3-24 “Counterinsurgency”*, de 2006, que resultou do trabalho conjunto entre equipas do “*United States (US) Army*” e “*US Marine Corps*” (USMC), lideradas pelo General David Petraeus e Tenente General James Mattis, respetivamente. A adoção de uma nova postura militar de COIN obrigou a uma mudança de mentalidade e conduta, que considera determinante a proteção da população e a necessidade das FA se adaptarem mais rapidamente que os subversivos (Nagl, 2010).

Na sequência deste FM norte-americano, em 2011 é aprovado o AJP-3.4.4, no qual *counterinsurgency* é definida como “o conjunto de atividades políticas, económicas, sociais, militares, civis e psicológicas com o objetivo de derrotar a subversão e as suas causas base”. Ou seja, a contrassubversão não se resume à atividade militar mas deve ser vista de forma holística e interagencial de todos os instrumentos do poder ao dispor da OTAN, considerando contrassubversivos todos os atores que executam ações de contrassubversão, independentemente de serem parte da nação hospedeira ou membros de países ou agências apoiantes (NATO, 2011a, p. 3_18).

O PDE 3-00 define contrassubversão como “todas as ações militares, paramilitares, políticas, económicas, psicológicas e civis levadas a cabo por um governo para acabar com a subversão. As forças da HN e os seus aliados lutam para derrotar a oposição armada, reduzir a oposição passiva e restabelecer a legitimidade do governo” (Exército Português, 2012, p. 2_10).

Apesar de subversão e insurgência não serem sinónimos, de acordo com as definições já apresentadas, ambas operam no seio da população e pretendem a substituição ou fragilização do governo instituído, pelo que, no âmbito do presente trabalho, considera-se a terminologia portuguesa contrassubversão como uma tradução de COIN.

c. Cooperação entre as FA e as FSeg Portuguesas

Um dos objetivos específicos deste estudo é identificar quais as capacidades das FSeg que podem ser empregues em cooperação com as FA. Importa, por isso, perceber como esta cooperação se tem efetuado.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa (CRP), as FA são responsáveis pela “defesa militar da República” e por “satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias



e de paz” (Art.º 275.º da CRP) e as FSeg ou, como no texto da lei, polícias, têm por funções “garantir a segurança interna” (Art.º 272.º da CRP) (Canotilho & Moreira, 1997, pp. 185-186). Esta definição constitucional de emprego das FA, no âmbito da defesa e na ordem externa e das FSeg na segurança interna, marca a forma como estas forças se relacionam, apesar das leis orgânicas incluírem disposições relativas à sua cooperação.

A Lei da Defesa Nacional (LDN) refere que as FSeg “colaboram em matéria de defesa nacional” no cumprimento de missões de “combate a agressões ou ameaças transnacionais” (LDN, 2009, p. Art.º 48.º) e a Lei da Segurança Interna (LSI) dita que as FA “colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei” (LSI, 2009, p. Art.º 35.º). Ambas as leis atribuem a responsabilidade pela articulação operacional ao CEMGFA e ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSI). No entanto, o modo como se processa esta articulação operacional padece de definição legal, excluindo os casos de estado de guerra ou de exceção, nos quais está definido que o CEMGFA exerce “o comando operacional das forças de segurança quando, nos termos da lei, aquelas sejam colocadas na sua dependência” (LOBOFA, 2009, p. Art.º 11.º).

Esta lacuna legislativa e falta de mecanismos de cooperação e de articulação de esforços traduz-se numa cooperação institucional “de caráter pontual” que é “exceção em vez de regra”, exceto na GNR, cuja lei orgânica prevê a compatibilidade da doutrina, armamento e equipamento com o das FA (LOGNR, 2007, p. Art.º 2.º). As formas de cooperação entre as FA e as FSeg são “informais e incipientes”, tendo-se assistido a “uma marcada pretensão de aprofundamento da autonomia das FSeg, expressa através da aquisição de meios que possam dispensar a colaboração das FA nos casos em que as necessidades ultrapassam as suas capacidades” (Silva, 2009, pp. 24-29).

Internamente, as FA têm vindo a ser empregues em cooperação com as FSeg em importantes eventos com acrescidas necessidades de segurança e garantindo meios que as FSeg não dispunham. A visita do Papa Bento XVI e a Cimeira da OTAN em Lisboa são exemplos dessa cooperação. Nestes dois eventos, que tiveram lugar em 2010, os três ramos das FA participaram no esforço global de segurança, com meios únicos no país, nomeadamente navios, mísseis de defesa antiaérea e aeronaves.

Ao nível da participação externa e nos últimos 12 anos, período temporal delimitado no âmbito desta investigação, elementos e unidades constituídas das FSeg participaram em missões multinacionais em TO como Timor Leste, Bósnia Herzegovina e Kosovo, onde as FA também operavam, sempre em estruturas independentes.



O único exemplo de cooperação efetiva entre as FA e as FSeg portuguesas foi a participação da equipa de instrutores da GNR no *National Police Training Centre* (NPTC) da ISAF, integrada no contingente nacional português no Afeganistão.



3. Definição do modelo de análise

O procedimento metodológico aplicado procurou dar resposta às QD e, no final, à QC, alcançando os objetivos da investigação, de uma forma sequencial, em cinco passos, como se apresenta na

Figura nº 6.

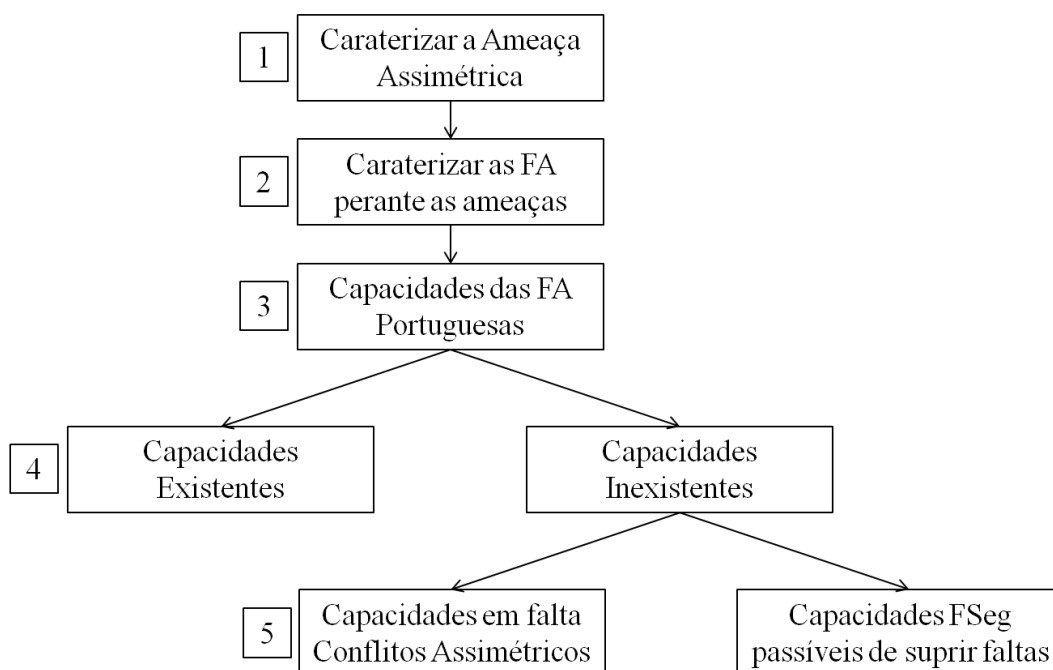


Figura nº 6 - Esquema geral da metodologia da investigação

Para caraterizar os atores dos conflitos assimétricos (passos 1 e 2 da metodologia apresentada na

Figura nº 6) este trabalho aplicou um modelo de análise, em consonância com o que vem definido no Manual de Metodologia de Investigação Científica do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), baseado em conceitos, dimensões e indicadores (IESM, 2007, p. 34).

Para haver conflitualidade têm de existir, pelo menos, duas partes em confronto, pelo que, para a análise do conceito conflitos assimétricos, estudou-se como dimensões os dois atores em confronto, as ameaças assimétricas e as FA dos países que se lhes opõem. Definiram-se indicadores com vista a caraterizar os atores, baseados no modelo da estratégia, através dos Objetivos (*Ends*), Métodos (*Ways*) e Capacidades (*Means*).



Com a aplicação deste modelo de análise foi possível identificar quais as capacidades (*means*) que as ameaças assimétricas necessitam de ter para aplicar os métodos (*ways*), que lhes permitem cumprir os seus objetivos (*ends*) (passo 1 da

Figura nº 6). Caraterizando as ameaças, aplicou-se o mesmo modelo para elencar as respostas das FA que permitam neutralizá-las, evitando a persecução dos seus objetivos. Percebe-se, assim, quais as capacidades que as FA necessitam de ter nos conflitos assimétricos (passo 2 da

Figura nº 6) (Tabela nº 1).

Tabela nº 1 - Modelo de análise conflitos assimétricos

Conceito	Dimensões	Indicadores		
		Fins (<i>Ends</i>)	Caminhos (<i>Ways</i>)	Meios (<i>Means</i>)
Conflitos Assimétricos	Ameaças assimétricas	Objetivos das ameaças assimétricas	Métodos para atingir os objetivos	Capacidades Genéricas
	FA	Objetivos das FA – contrariar os objetivos das ameaças	Métodos para atingir os objetivos	Capacidades Genéricas

Depois de listar as capacidades genéricas das FA para conflitos assimétricos, foram apuradas as capacidades das FA Portuguesas (passo 3 da

Figura nº 6), verificando quais as existentes e as inexistentes (passo 4 da

Figura nº 6).

Por fim, aferiu-se quais as capacidades em falta que podem ser supridas pelas FSeg, numa lógica de cooperação e, das que continuarão em falta, quais as que precisam de ser edificadas autonomamente ou em cooperação com outros países aliados (passo 5 da

Figura nº 6).

O procedimento metodológico e modelo de análise foram aplicados com base na obtenção de dados a partir da oferta bibliográfica nacional e estrangeira sobre o tema e publicações doutrinárias e documentos oficiais.



4. Análise

Neste capítulo far-se-á a aplicação do modelo de análise apresentado no capítulo anterior. Interessa, nesta fase, começar por caracterizar as ameaças assimétricas e, posteriormente, as FA no que concerne aos objetivos, métodos e capacidades. De seguida, as capacidades militares das FA são comparadas com as capacidades das FA nacionais para perceber quais as limitações e lacunas que podem ser supridas pelas FSeg, concretamente pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e qual o modelo de cooperação.

a. Caracterização das ameaças assimétricas

“Afflicted with his congenital weakness, the insurgent would be foolish if he mustered whatever forces were available to him and attacked his opponent in a conventional fashion, taking as his objective the destruction of the enemy’s forces and the conquest of the territory. Logic forces him to carry the fight to a different ground where he has better chance to balance the physical odds against him. The population represents this new ground.”

(Galula, 1964)

(1) Objetivos

Na teoria clássica, o objetivo dos movimentos subversivos é ganhar o controlo do Estado, ou uma parte dele. Contudo, a intenção de substituir os governos existentes ou de criar Estados independentes não é, hoje, tão evidente. Por exemplo, no Iraque, vários grupos estão a tentar paralisar e fragmentar o Estado, em vez de ganhar o controlo de seu aparelho e governar. Esta é uma subversão de "resistência", em vez da "revolucionária", na qual o objetivo é a destruição do Estado iraquiano, em vez de separar-se dele ou de suplantá-lo. Da mesma forma, a subversão afegã atua como "*spoilers* estratégicos", procurando desacreditar e desestabilizar o governo, atacando as forças da coligação, funcionários governativos e a base de apoio do presidente Karzai na confederação tribal *Durrani*. Novamente, não há nenhuma estratégia aparente para conquistar os instrumentos do Estado, pretendendo apenas expulsar estrangeiros (Kilcullen, 2006a, p. 4).

Nesta lógica, de acordo com a doutrina da OTAN, a subversão pode ter um dos seguintes objetivos, relativamente à governação: tomar o poder, derrubar a ordem social existente e redistribuir o poder dentro de um Estado; minar o controlo do Estado e criar uma entidade autónoma ou espaço fora do controlo do governo - um território



independente com base em fatores étnicos e religiosos similares; e minar ou destruir a legitimidade do governo e sua capacidade de governar (NATO, 2010b, p. 3_8).

Contudo, os atores subversivos podem não ter nenhuma estratégia coerente ou estarem a seguir uma abordagem baseada na fé. Pode, também, verificar-se a existência de inúmeros agentes subversivos concorrentes num TO, com objetivos diferenciados (Kilcullen, 2006a, p. 11).

O atual ambiente operacional inclui um novo tipo de subversão, que procura impor uma mudança revolucionária em todo o mundo. Por exemplo, a rede terrorista transnacional al-Qaeda, numa lógica geopolítica de panintegrismo islâmico e de subversão global, tem o objetivo de alterar a ordem internacional vigente, estabelecendo um Califado no coração do mundo islâmico (Iraque) e aterrorizar e retirar as forças internacionais dos países muçulmanos, estendendo a *jihad* (Garcia, 2010, pp. 194-195).

As ameaças assimétricas pretendem alterar o *status quo* de um determinado país, através do terrorismo e da subversão (Kilcullen, 2005, p. 604) e necessitam de três pré-requisitos ou causas base para que a subversão se instale: população vulnerável; falta de liderança; governo ineficaz. Se estes pré-requisitos da subversão estiverem presentes num Estado, há condições para os agentes subversivos influenciarem física e psicologicamente a população, procurando ganhar o seu apoio e deslegitimar o governo em vigor, apresentando um Estado alternativo com soluções para resolver os problemas da população, suprimindo as causas base (Borges, 2011, pp. 26-27).

Sintetizando, os objetivos da subversão são, normalmente, três (Gamboa de la Calleja & Gonzáles, 2008, p. 50):

- Prejudicar ou anular a legitimidade do governo, assim como a sua capacidade e direito moral para governar;
- Ganhar o apoio da população;
- Forçar uma mudança política e estabelecer-se como uma alternativa ao Estado.

(2) Métodos

Os atores assimétricos ou subversivos foram inspirados em três modelos ou métodos diferentes, para desenvolver a sua estratégia e procedimentos (Gambola de la Calleja, 2008, p. 45):



- Da estratégia revolucionária - assumiram a importância da comunicação, ação psicológica, mobilização em massa e uso do tempo;
- Da guerra de guerrilha e terrorismo - os procedimentos táticos tradicionalmente rurais, que adaptaram ao ambiente urbano;
- Dos grupos de crime organizado - a estrutura de comando e controlo e a organização em rede, bem como as oportunidades oferecidas pela globalização.

Como já mostrado na Figura nº 4 do capítulo 1, que apresenta a natureza da insurgência, os atores subversivos, para atingir os seus objetivos, conjugam atividades regulares - através dos instrumentos diplomático, político, social, económico e religioso - com irregulares, como a subversão, o terrorismo, criminalidade e desordem (NATO, 2011a, p. 3_2).

Numa campanha de subversão, utilizam vários métodos, agrupados em linhas de operações, para atingir os seus objetivos e estado final desejado, que poderão ser minar a vontade das forças internacionais, deslegitimar o governo, moldar a opinião pública internacional ou promover a validade da causa subversiva (NATO, 2010b, p. 4_5).

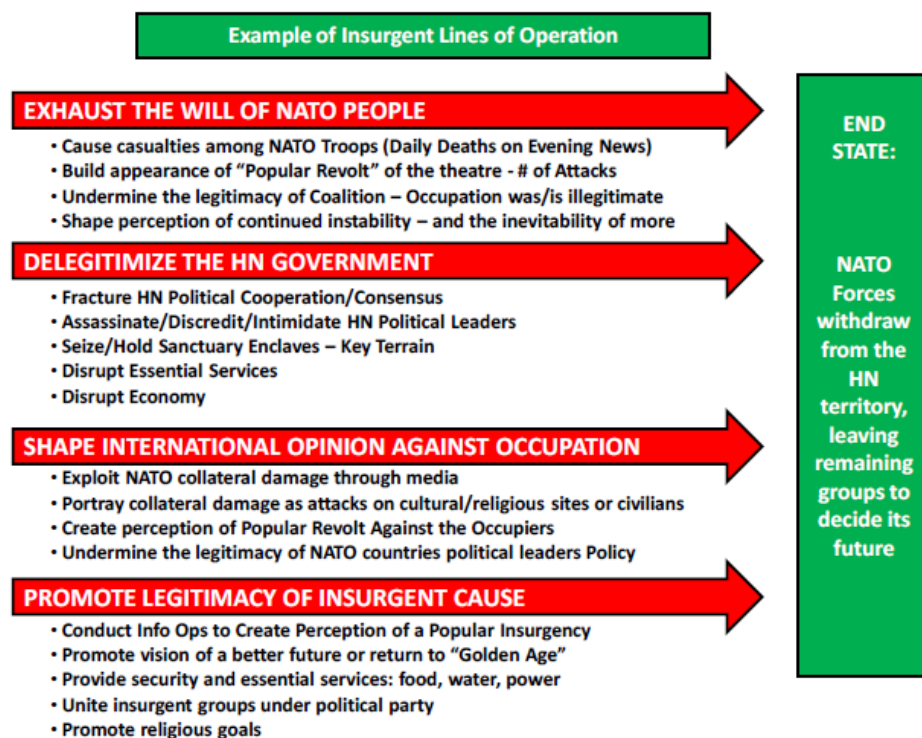


Figura nº 7 - Exemplo de uma campanha subversiva

Fonte: (NATO, 2010b, p. 4_5)



Para atingir os seus objetivos, os subversivos podem adotar quatro métodos, dois básicos e dois avançados, para os quais necessitam de ter uma estrutura mais robusta, nomeadamente de uma ala política.

No método urbano ou terrorista, os subversivos atacam as forças do governo para que estas exagerem na resposta contra a população, adotando medidas repressivas que enfureçam as pessoas, para que estas se revoltem e derrubem o governo (Ulrich, 2010, p. 47).

O método do Foco, é uma estratégia básica no qual o esforço dos subversivos está focado em deslegitimar o governo para inspirar a população vulnerável a juntar-se à causa dos subversivos, contra o governo (Ulrich, 2010, p. 48).

O método prolongado é uma estratégia avançada, com base na teoria de Mao Tsé Tung de Guerra Popular Prolongada, que consiste no prolongamento do conflito, tanto quanto possível, a fim de reunir os recursos e as forças necessárias para o sucesso e para desgastar as forças contrassubversivas e sua liderança política. A estratégia prolongada exige o apoio de uma ala militar e de uma ala política (Ulrich, 2010, p. 49).

O método subversivo é, também, uma estratégia avançada no qual os subversivos tentam derrubar o governo internamente, usando seu braço político para se tornar um partido legítimo e entrar no governo. A ala política separa-se da ala militar, condenando as suas ações e dissociando-se desta para se assumir como alternativa isenta (Ulrich, 2010, p. 50).

Em resumo, os métodos que as ameaças assimétricas poderão empregar são os seguintes:

- Urbano ou terrorista;
- Foco;
- Prolongado;
- Subversivo.

(3) Capacidades

A estratégia de um movimento subversivo é construída sobre três componentes simultâneas e interligadas: a proteção da força (através de santuários, dispersão, o uso de terrenos complexos, contrainformação eficaz, etc.); ações para corroer a vontade, força e legitimidade do regime (via violência e programas político-psicológicos) e o aumento de recursos e de apoio da população e agentes externos (Metz & Millen, 2004, p. 6).



As ameaças assimétricas, no quadro da ação subversiva, poderão ter capacidades para conduzir algumas das seguintes ações (Gonzalo & Alfaro, 2008, p. 55):

- Controlo militar / paramilitar zona ou fronteira;
- Emboscadas para matar ou intimidar as forças contrassubversivas.
- Sabotagens;
- Ataques a elementos civis, FSeg da HN ou coligação;
- Ataque a instalações militares;
- Ações de fogo direto, especialmente através do uso de atiradores especiais;
- Ações de fogo indireto, usando foguetes, morteiros, etc.;
- Assassinatos;
- Emprego de engenhos explosivos improvisados (IED);
- Sequestro de pessoal e tomada de reféns;
- Tomada de edifícios públicos ou monumentos;
- Extorsão;
- Incêndios;
- Manifestações e distúrbios civis, a fim de acicatar a população civil contra o governo ou outras instituições, mas essencialmente destinado a criar caos e desestabilização;
- Emprego e controlo da informação;
- Deceção, essencialmente, fornecer informações falsas;
- Engano, como "aviso ameaça de bomba", que causa a perda de eficácia, fadiga e emprego de forças para combater essas atividades específicas;
- Infiltração e captura de elementos na administração da HN e nas forças de segurança;
- Utilização potencial de armas Nucleares, Biológicas, Químicas e Radiológicas (NBQR).

Os novos terroristas sabem usar computadores e recorrer à internet, para aceder a toda a informação disponível. O domínio dos meios das tecnologias da informação permite-lhes, entre outros, ganhar mais apoios à sua causa, recrutar novos membros e conduzir ciberataques (Thornton, 2007, pp. 30-31).



O subversivo moderno centra a sua ação na utilização de explosivos e na sua exploração para fins de propaganda e intimidação, ao invés da mais tradicional emboscada rural. IED, particularmente bombas suicidas, geram bons efeitos para os insurgentes e garantem o patrocínio externo (Kilcullen, 2006a, p. 8).

Segundo o General Pinto Ramalho (2005, p. 771), as ameaças assimétricas têm capacidades para conduzir as seguintes ações violentas:

- Grande criminalidade (raptos / assassinatos);
- Desobediência civil generalizada, com conflitos violentos;
- Ligação ao crime organizado / cartéis / máfias;
- Ações de sabotagem e ciberataques;
- Atentados / ações violentas;
- Atentados suicidas;
- Guerrilha urbana;
- Utilização de Armas de Destruição Massiva (ADM).

Conclui-se que as ameaças assimétricas em campanhas subversivas poderão ter capacidade para conduzir as seguintes ações:

- Atentados / ações violentas;
- Ataques armados (ações de fogo direto e indireto);
- Sabotagens e ciberataques;
- Emprego de IED;
- Sequestros / raptos / assassinatos;
- Propaganda;
- Manifestações e distúrbios civis;
- Utilização potencial de ADM (NBQ R);
- Ligação ao crime organizado / cartéis / máfias.



(4) Síntese da análise das ameaças assimétricas

Tabela nº 2 - Análise das ameaças assimétricas

Fins (<i>Ends</i>)	Caminhos (<i>Ways</i>)	Meios (<i>Means</i>)
Objetivos das ameaças assimétricas	Métodos para atingir os objetivos	Capacidades Genéricas
<ul style="list-style-type: none">• Prejudicar ou anular a legitimidade do governo, assim como a sua capacidade e direito moral para governar;• Ganhar o apoio da população;• Forçar uma mudança política e estabelecer-se como uma alternativa ao Estado.	<ul style="list-style-type: none">• Urbano ou terrorista;• Foco;• Prolongado;• Subversivo.	<ul style="list-style-type: none">• Atentados / ações violentas;• Ataques armados (ações de fogo direto e indireto);• Sabotagens e ciberataques;• Emprego de IED;• Sequestros / raptos / assassinatos;• Propaganda;• Manifestações e distúrbios civis;• Utilização potencial de ADM (NBQ R);• Ligação ao crime organizado / cartéis / máfias.



b. Caracterização das FA em conflitos assimétricos

“It is more important to restore food, water, electricity, and sewage than to kill enemy combatants.”

(Poole, 2006)

“Making war upon insurgents is messy and slow, like eating soup with a knife.”

(T.E. Lawrence cit. Nagl, 2002)

(1) Objetivos

As operações de contrassubversão pretendem empregar, de uma forma sincronizada, todos os meios letais e não letais com o objetivos de: separar física e psicologicamente os subversivos da população e, assim, negar o seu apoio ativo (participação) e passivo (liberdade de movimentos); ligar a população ao governo e transformar o ambiente desfavorável para os subversivos. Para tal, as forças internacionais apoiam militarmente as forças de segurança e civilmente o governo da HN, restabelecendo a segurança, lei e ordem e a capacidade governativa, reforçando os laços com a população e fazendo com que não haja condições para a subversão perdurar (Borges, 2011, p. 27).

De acordo com a OTAN, o objetivo estratégico do contrassubversivo é promover a governação legítima, através do controlo da violência e fazer cumprir a lei e ordem (NATO, 2010b, p. 3_20). As atividades militares têm o objetivo de proteger a população e neutralizar os insurgentes, criando condições favoráveis para as agências da HN, Aliança e todos os outros atores civis terem acesso à população e resolverem as causas base da subversão (NATO, 2010b, p. 5_1). Os objetivos militares são garantir a segurança à população e neutralizar os subversivos, através do isolamento dos seus apoios e da neutralização da organização armada (NATO, 2011a, pp. 5_11-5_13).

O apoio da população é o fator mais importante para o sucesso da contrassubversão, pelo que é imperativo obter e manter o seu apoio, criando confiança no governo e nas suas instituições. O esforço dos agentes contrassubversivos é na legitimação do governo da HN aos olhos da população (Joint Chiefs of Staff, 2009b, p. III_1) (Figura nº 8).

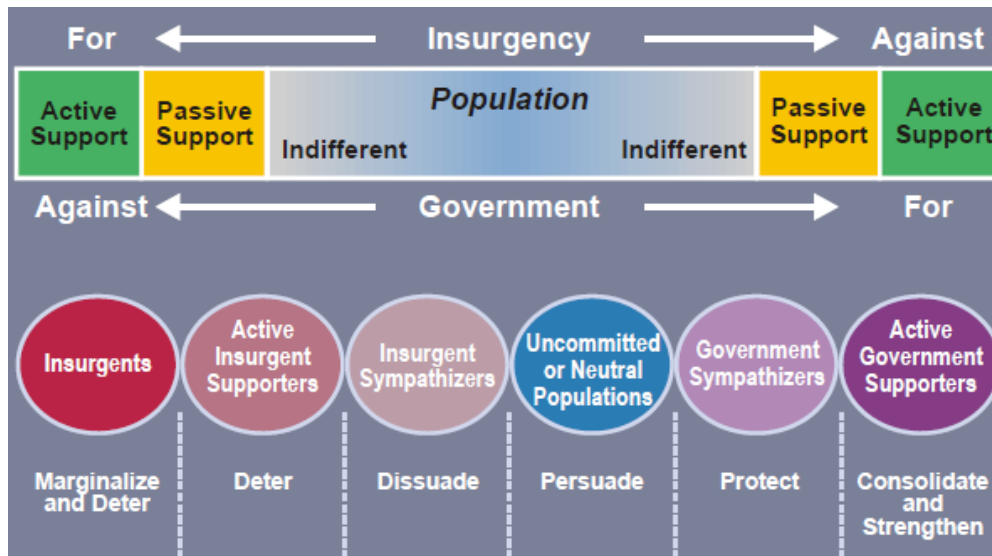


Figura nº 8 - Alcance do apoio da população

Fonte: (Joint Chiefs of Staff, 2009b, p. III_2)

Os objetivos das FA empregues em campanhas de contrassubversão, que têm que contrapor os objetivos dos subversivos, são:

- Ganhar o apoio e proteger a população;
- Separar os subversivos da população;
- Legitimar o governo e suas instituições;
- Eliminar as causas base da subversão.

(2) Métodos

A dinâmica da subversão e da contrassubversão é um “jogo do gato e do rato”. Por isso os métodos da contrassubversão devem ser orientados de acordo com as atividades dos subversivos. Os militares focam-se nas atividades irregulares e as outras agências nas atividades regulares (Figura nº 9). Assim, é possível ganhar o apoio da população e privar os insurgentes dela, legitimando o governo, ou seja, atingindo os objetivos da contrassubversão (NATO, 2011a, pp. 3_18-3_19).

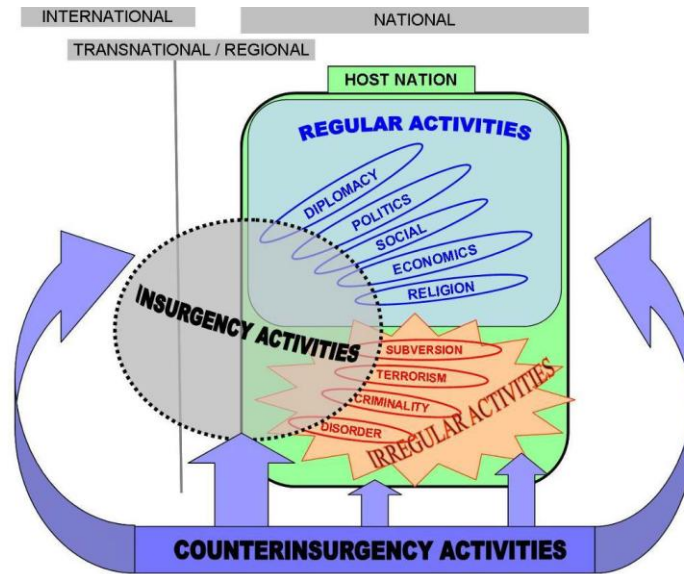


Figura nº 9 - Natureza da Contrassubversão

Fonte: (NATO, 2011a, p. 3_19)

No desenho de uma campanha de contrassubversão, depois de definido o estado final que permite atingir o objetivo estratégico, identificam-se as condições militares e as condições gerais, que devem ser interdependentes. Ou seja, as linhas de operações traduzem os métodos a adotar, que devem ser interagências de modo a que todos os participantes na contrassubversão trabalhem no sentido do estado final desejado (NATO, 2011a, p. 4_9) (Figura nº 10 e Figura nº 11).

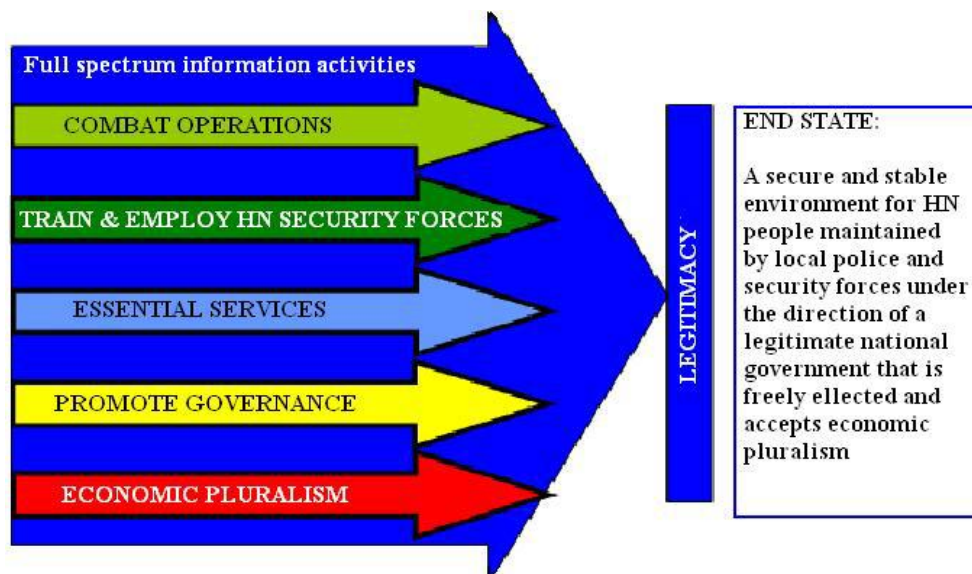
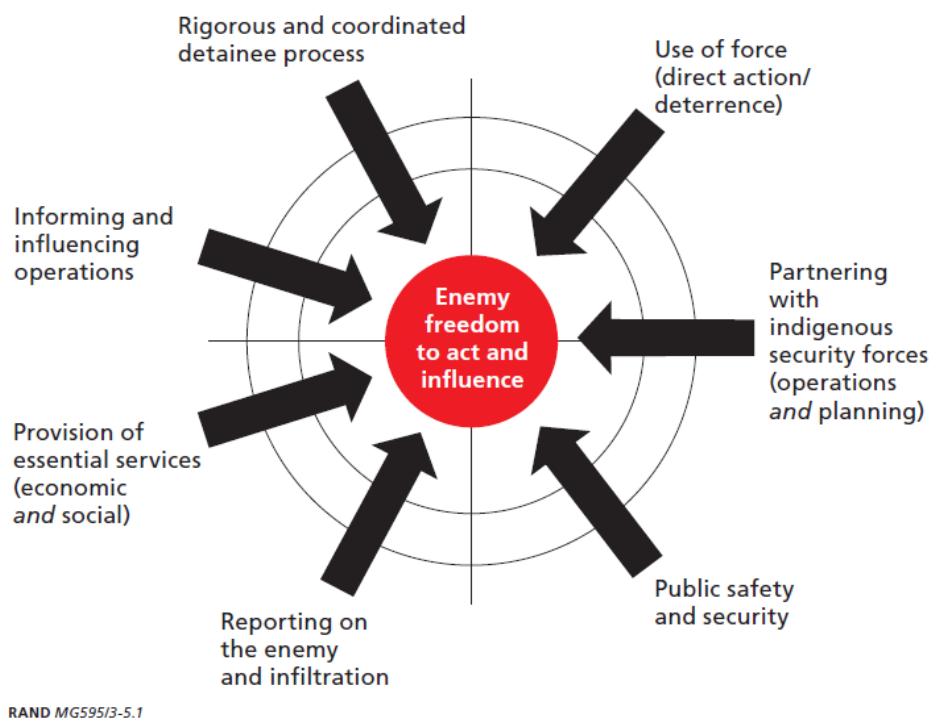


Figura nº 10 - Exemplo de uma Campanha de Contrassubversão

Fonte: (NATO, 2011a, p. 4_9)



Illustrative Lines of Operation



RAND MG59513-5.1

Figura nº 11 - Exemplo de linhas de operações

Fonte: (Pirmie & O'Connell, 2008, p. 74)

A OTAN desenvolveu, a partir da análise da experiência operacional recente e de exemplos históricos, os seguintes atributos da contrassubversão (NATO, 2010b, p. 3_22):

- Primazia política;
- Luta para a população, e não contra a população;
- Relevância da legitimidade;
- As informações dirigem as operações;
- Unidade de esforço;
- Neutralizar a insurgência e isolar os insurgentes de seu apoio;
- Preparar-se para uma campanha prolongada;
- Segurança garantida pelo Estado de direito é essencial;
- Entregar a responsabilidade às forças locais, logo que possível;
- Aprender a adaptar-se rapidamente.



Na mesma lógica e da análise dos exemplos do Afeganistão e Iraque, constata-se que a eficácia da contrassubversão melhora quando se aplicam estas oito boas práticas (Kilcullen, 2009, p. 265):

- Definir uma estratégia política que edifique a eficácia e legitimidade no governo, marginalizando os subversivos;
- *Comprehensive approach*, integrando os esforços civis e militares;
- Continuidade dos elementos chave, com autoridade e recursos suficientes para desempenhar as tarefas;
- Segurança centrada nas populações, baseada na presença no terreno, de parcerias com as comunidades locais e autodefesa das populações;
- Sincronização dos esforços de desenvolvimento, governação e segurança, de forma coordenada com a estratégia política;
- Parcerias próximas e genuínas com autoridades locais, que coloquem o governo da HN na liderança, estabelecendo instituições funcionais e independentes;
- Grande ênfase na intervenção externa na formação de forças de segurança da HN. É fundamental, na contrassubversão, que as FSeg locais sejam legitimadas aos olhos da população, que consigam manter a lei e ordem e proteger eficazmente as comunidades locais dos subversivos;
- Uma abordagem de segurança regional, que impossibilite os subversivos de terem santuários, controlando as fronteiras e regiões fronteiriças, minando as infraestruturas terroristas nos países vizinhos.

Para integrar todas as ações da contrassubversão, não sendo possível a “unidade de comando” entre todas as agências governamentais e não-governamentais, Kilcullen (2006b, p. 4) propõe que, idealmente, exista uma “unidade de esforço” e, no mínimo, haja colaboração, através de um modelo de operações interagências de contrassubversão assente em três pilares: Segurança; Política e Economia (Figura nº 12).

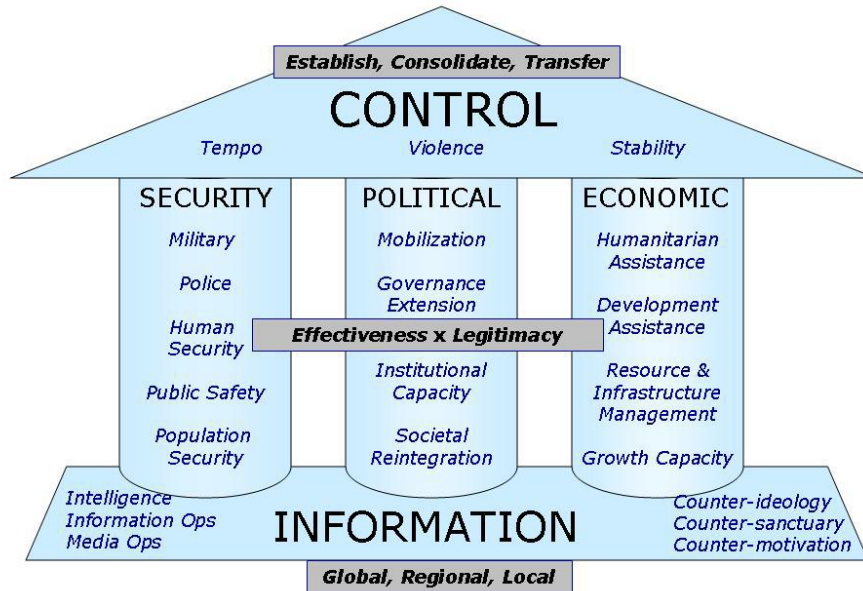


Figura nº 12 - Enquadramento da Contrassubversão

Fonte: (Kilcullen, 2006b, p. 4)

No Iraque, os esforços da coligação assentaram nas operações de combate para derrotar os subversivos, em operações civis-militares para reconstruir os serviços e treino das FSeg iraquianas (Rieper, 2010, p. 33).

O método para conduzir operações de combate em campanha de contrassubversão é o de “Limpar, Segurar e Construir” (“*Clear, Hold and Build*”³ (CHB)). Este método permite estabelecer o controlo sobre a população e em áreas consideradas determinantes para que a governação da HN e os programas de desenvolvimento interno possam ser realizados num ambiente seguro, evitando interferência subversiva. A Figura nº 13 mostra as fases da CHB em relação a todos os potenciais intervenientes. (NATO, 2010b, p. 5_15).

³ “*Clear, Hold and Build*” são ações civis e militares que combinam as forças de segurança locais com as forças internacionais, líderes comunitários e o governo local, em apoio à defesa e desenvolvimento internos. (Borges, 2011)

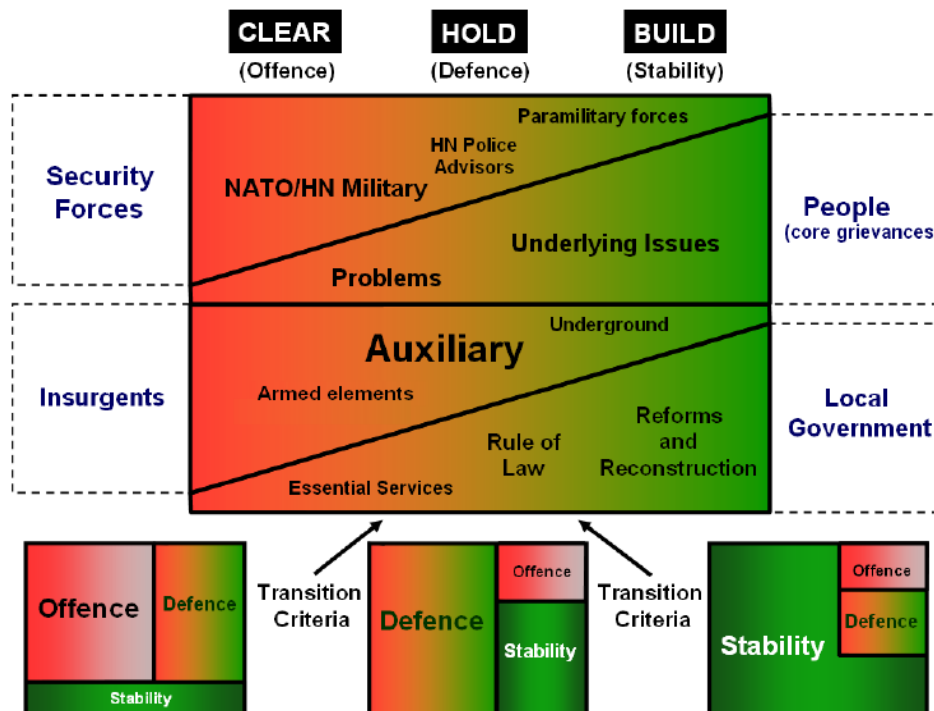


Figura nº 13 - Atividades do CHB

Fonte: (NATO, 2010b, p. 5_15)

Em resumo, os métodos que as FA deverão empregar nas operações de contrassubversão para atingir os objetivos são os seguintes:

- Operações de combate (empregando o conceito de CHB);
- Treino e emprego das Forças de Segurança⁴ da HN;
- Proporcionar segurança, centrada na população;
- Estabelecer capacidades do governo, promovendo a sua legitimação;
- *Comprehensive approach* (contributo);
- Fornecer serviços essenciais.

(3) Capacidades

Todas as componentes das FA contribuem com as suas capacidades para o esforço de contrassubversão, com vista a alcançar os seus objetivos e contrapondo-se às capacidades e métodos das ameaças assimétricas.

⁴ Forças de segurança englobam as FA e as FSeg.



A contribuição da componente marítima para a contrassubversão é essencial porque grande parte da população mundial vive em áreas costeiras. Para tal, deverá possuir as seguintes capacidades (NATO, 2011a, pp. 5_28-5_29):

- Operações de Segurança Marítima (MSO) – para combater o terrorismo e a criminalidade, proteger a população e infraestruturas da HN de ataques dos subversivos e garantir o acesso e livre fluxo de comércio e de sustentação, através dos canais marítimos;
- Informações, Vigilância e Reconhecimento (ISR) – providenciar à força conjunta capacidades expedicionárias ISR com alcance global;
- Dissuasão e patrulhas – para garantir presença e impor sanções ou bloqueios e enviar uma mensagem forte aos insurgentes e seus apoiantes;
- Sustentação e Transporte – em apoio às forças terrestres, para projeção e apoio logístico;
- Aviação Naval – fornece capacidades de resposta rápida e é capaz de realizar ataques de precisão. Tem bastante flexibilidade porque, com os porta-aviões, pode ser reposicionada rapidamente;
- Ataques de precisão – com aviação naval, mísseis e munições guiadas de precisão a partir da superfície ou plataformas de subsuperfície;
- Edificação da capacidade marítima da HN – apoiar a HN na melhoria da sua capacidade marítima.

Como a população vive e trabalha principalmente em terra, assegurar a proteção da população é da responsabilidade da componente terrestre (NATO, 2011a, pp. 3-26). Para tal, necessita de ter as seguintes capacidades (Armée de Terre, 2010, pp. 55-60):

- Comando e Controlo e Comunicações e Sistemas de Informação (CIS) – a dispersão permanente de ativos, bem como a descentralização de recursos e as interações com o meio civil e militar, impõem sérias restrições sobre a comunicação e sistemas de informação e requerem recursos específicos;
- Informações – são fundamentais na contrassubversão para fornecer aos comandantes conhecimento sobre os subversivos e o ambiente onde operam, através de unidades de Informações, Vigilância, Aquisição de Alvos e Reconhecimento (ISTAR) e recolha de informações de fontes humanas (HUMINT);



- Aviação do exército – para a recolha de informações, controlo de área, evacuações rápidas, reforço de emergência e colocação de meios de comando e controlo mais próximos da ação;
- Unidades de combate – incluem toda a gama de unidades de manobra desde a infantaria aos blindados. A tipologia da força a empregar deverá depender da ameaça e recetividade da população (Figura nº 14);
- Apoio de fogos indireto – armas combinadas e apoio de fogo conjunto estão integrados na manobra nos mais baixos escalões táticos, através da observação avançada e destacamentos de ligação e coordenação;
- Proteção e Apoio Geral de Engenharia – no apoio às unidades de combate e às operações de cooperação civil militar (CIMIC) e para fazer face a emergências, causadas por atentados de larga escala;
- NBQR – o número e qualidade dos meios depende da avaliação da ameaça. No mínimo, é necessária uma capacidade de análise e coleta de amostras;
- Operações Psicológicas (PSYOPS) – para convencer a população a apoiar a ação das forças internacionais e da HN, para isolar a subversão, desmoralizando-a, a fim de a neutralizar;
- CIMIC – para contribuir para o isolamento dos subversivos da população, de modo a privá-los de novos recrutas, recursos, informações e credibilidade, promovendo um melhor relacionamento com a Força.



		Political conditions	
		Population needs reassurance of military presence	Population is averse to military presence
Operational conditions	Large-unit, mechanized presence	Large-unit, mechanized presence	Mixed solution
	Networked mobile insurgency	Mixed solution	Small-unit, fast-response on warning

RAND MG595/2-8.1

Figura nº 14 - Opção de forças terrestres

Fonte: (Gompert & Gordon IV, 2008, p. 197)

A componente aérea desempenha um papel vital na contribuição militar para a contrassubversão. O poder aéreo é especialmente capaz de combater os subversivos e recolher informação. A contribuição da componente aérea inclui as seguintes capacidades (NATO, 2011a, pp. 5_29-5_32):

- Empenhamento de precisão – fornece apoio aéreo próximo (CAS), interdição aérea (AI) e ataques aéreos estratégicos, incluindo o uso de munições guiadas de precisão, a partir de veículos aéreos tripulados e não tripulados;
- Interoperabilidade terra-ar – dada a flexibilidade, mobilidade e precisão do poder aéreo, pode ser um facilitador crítico para as forças terrestres, reduzindo a necessidade de apoio mútuo entre as unidades terrestres;
- ISR – os meios aéreos dão um contributo precioso às disciplinas das informações. A dificuldade na recolha de informações pode ser suprida através da utilização de todos os meios de pesquisa, com uma combinação de sistemas de aeronaves não tripuladas, aviões tripulados e plataformas espaciais;



- Mobilidade Aérea – as aeronaves de carga fornecem um apoio importante no transporte inter e intra teatro;
- Edificação da capacidade aérea da HN – através de esforços multinacionais para que a HN possa garantir a sua própria defesa interna e externa.

A ação conjunta das forças internacionais e indígenas permitem um aumento significativo das forças disponíveis para combater os subversivos, um melhor conhecimento do terreno e ambiente envolvente e melhores informações sobre o adversário e os seus santuários (Cassidy, 2008, p. 158). Assim, o treino e desenvolvimento dos militares e polícias da HN são determinantes para uma campanha de contrassubversão. O treino da polícia é frequentemente o elo mais fraco nos programas de apoio das forças internacionais às FSeg da HN. É a polícia que mantém a ligação direta com a população, mantendo a lei e ordem e o mandato do governo. Têm uma importância crucial na contrassubversão porque estão familiarizadas com o ambiente local e possibilitam uma presença permanente na população. A experiência no Iraque e Afeganistão, concretamente do *Iraqi Police Service* (IPS) e ANP, respetivamente, demonstra que o treino da polícia foi secundarizado para o treino dos militares (Hughes, 2011, p. 63). O FM 3-24 refere que “as polícias são melhor treinadas por outras polícias”. Utilizar militares para treinar as polícias pode misturar os seus papéis, podendo resultar numa mudança da missão da polícia para algo aproximado da missão militar (Rabasa, et al., 2011, p. 166). As forças militares internacionais deveriam focar-se no treino dos militares e as polícias locais deveriam ser treinadas por polícias civis internacionais ou, idealmente, forças polícias de cariz militar como os *Carabinieri* italianos (Keller, 2010, p. 32).

Na preparação de uma campanha de contrassubversão, as forças de operações especiais podem fornecer avaliações de área e capacidade inicial de comando, controlo e comunicações. Durante a campanha, estas forças podem conduzir tarefas como o reconhecimento especial, ação direta, assistência militar ou uma combinação adequada destas tarefas principais, para apoiar as operações conjuntas (NATO, 2011a, p. 5_32).

Atores não-estatais, como cibercriminosos e hacktivistas⁵, desenvolveram capacidades de exploração e de ciberataques idênticas às disponíveis para os Estados,

⁵ O Hacktivismo é a fusão de *hacking* com ativismo, da utilização do hacking com motivações políticas ou sociais (Jordan, 2001, p. 119). O indivíduo que realiza um ato de hacktivismo é um hacktivista.



tornando-se na maior ameaça à Internet e redes de dados. As forças militares deverão possuir capacidades de ciberdefesa para fazer face a estas ameaças (Whitham, 2012, p. 3).

Os IED, através de bombistas suicidas apeados (PBIED) e em viaturas (VBIED) ou implantados no terreno, controlados por fio (CWIED) ou por rádio (RCIED), são os maiores causadores de baixas no Iraque e Afeganistão. É fundamental que as forças militares tenham preocupações de *Counter IED* (C-IED), para enfrentar esta ameaça e assegurar a proteção da força. Neste âmbito, algumas medidas poderão passar pela sensibilização das forças, pelo emprego de equipas de inativação de engenhos explosivos (EOD) e pela análise forense nos três níveis de exploração (Figura nº 15). Nos TO faz-se a exploração de campo (nível 1) para capturar o contexto do incidente e preservar e identificar artefactos e exploração técnica (nível 2), que envolve o exame pormenorizado dos artefactos, para confirmar o processo de elaboração do dispositivo, *design*, método de operação, capacidades, semelhanças com outros dispositivos, recuperação de material biométrico latente e apoiar a rede de análise. A exploração científica (nível 3) é conduzida fora do TO, em laboratórios nacionais, para confirmar as descobertas do nível 2 e retirar mais informação dos materiais recolhidos (Corbett & McNamara, 2011, p. 15)



Figura nº 15 - Níveis de investigação forense dos IED

Fonte: (Underwood, 2012)



A *Global War on Terrorism*⁶ (GWOT) originou uma nova necessidade da capacidade de análise forense em todo o espectro das operações de combate, para identificar, associar e ligar pessoas, lugares, coisas, intenções, atividades, organizações e eventos. As operações no Iraque e Afeganistão validaram a importância da ciência forense para o processo de tomada de decisão, em todos os escalões de comando. O processo operacional forense (Figura nº 16) contribui para a proteção da força, processo de *targeting*, aquisições, apoio a acusações criminais e apoio sanitário (DoD, 2008).

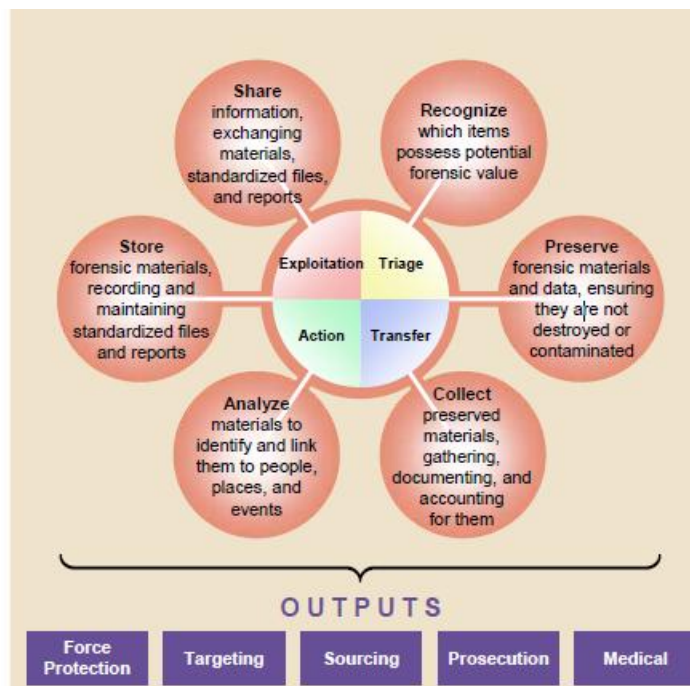


Figura nº 16 - Processo operacional forense

Fonte: (DoD, 2008)

Durante as ações de contrassubversão, é importante que as forças militares e a polícia se complementem para assegurar que as suas missões são bem executadas (Armée de Terre, 2010, p. 56). *Formed Police Units* (FPU), na terminologia da Organização das Nações Unidas (ONU), ou *Stability Police Units* (SPU), da OTAN, são de especial importância na fase de transição das campanhas de contrassubversão, porque são unidades robustas, concebidas para preencher as lacunas de segurança entre as forças militares e policiais civis. Têm capacidades especiais para manter a ordem pública e as funções policiais em ambientes instáveis e voláteis, como *as European Gendarmerie Forces*

⁶ A GWOT foi declarada depois do 9/11 pelo então presidente dos EUA, George W. Bush, originando a invasão do Afeganistão e operações subsequentes (Hoffay, 2006).



(EUROGENDFOR). AS EUROGENDFOR têm unidades dedicadas à manutenção da paz e da segurança pública, bem como unidades mais especializadas capazes de realizar funções judiciais, de informações (com a possibilidade de consulta de redes de informação policiais) e relacionadas com logística (Rabasa, et al., 2011, pp. 115-123) (Anexo A).

De uma forma resumida, as capacidades das FA que poderão ser necessárias em operações de contrassubversão são:

- MSO;
- Dissuasão e patrulhas;
- Sustentação e Transporte (marítimo e aéreo);
- Aviação Naval;
- Ataques de precisão (navais e aéreos);
- Edificação das FSeg da HN;
- CIS;
- ISTAR;
- Aviação do exército;
- Unidades de combate;
- Apoio de fogos indireto;
- Proteção e Apoio Geral de Engenharia;
- NBQR;
- PSYOPS;
- CIMIC;
- Interoperabilidade terra-ar;
- Mobilidade Aérea;
- Forças de operações especiais;
- Ciberdefesa;
- EOD;
- Análise forense;
- Controlo de tumultos;
- Informações policiais.



(4) Síntese da análise das FA

Tabela nº 3 - Análise das FA

Fins (<i>Ends</i>)	Caminhos (<i>Ways</i>)	Meios (<i>Means</i>)
Objetivos das FA	Métodos para atingir os objetivos	Capacidades Genéricas
<ul style="list-style-type: none"> • Ganhar o apoio da população; • Separar os subversivos da população; • Legitimar o governo e suas instituições; • Eliminar as causas base da subversão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Operações de combate (empregando o conceito de CHB); • Treino e emprego das FSeg da HN; • Proporcionar segurança centrada na população; • Estabelecer capacidades do governo, promovendo a sua legitimação; • <i>Comprehensive approach</i> (contributo); • Fornecer serviços essenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • MSO; • Dissuasão e patrulhas; • Sustentação e Transporte (marítimo e aéreo); • Aviação Naval; • Ataques de precisão (navais e aéreos); • Edificação das FSeg da HN; • CIS; • ISTAR; • Aviação do exército; • Unidades de combate; • Apoio de fogos indireto; • Proteção e Apoio de Geral de Engenharia; • NBQR; • PSYOPS; • CIMIC; • Interoperabilidade terra-ar; • Mobilidade Aérea; • Forças de operações especiais; • Ciberdefesa; • EOD; • Análise forense; • Controlo de tumultos; • Informações policiais.



c. Comparação capacidades FA Portuguesas Vs. capacidades necessárias

“Os novos paradigmas de segurança e defesa orientam as Forças Armadas para responder aos desafios do presente e aos riscos e ameaças que se visualizem no futuro”

(EMGFA, 2007)

(1) Capacidades da FA Portuguesas

As FA Portuguesas abrangem o conjunto de militares, meios e equipamento da componente operacional, bem como outras componentes que contribuem para o “integral cumprimento da sua missão”, com o fim último de estarem “aptas para combater e prontas para a defesa dos interesses nacionais em função do grau de ameaça, seja em território nacional, seja no estrangeiro” (EMGFA, 2007, p. 16).

As capacidades principais das FA Portuguesas estão resumidas Tabela nº 4.

Tabela nº 4 - Capacidades das FA Portuguesas

Fonte: (EMGFA, 2007, pp. 89-127)

	Marinha	Exército	Força Aérea
Capacidades	<ul style="list-style-type: none"> • Comando e Controlo; • Submarina; • Projeção de força; • Oceânica de superfície; • Fiscalização; • Oceanográfica e hidrográfica; • Assinalamento marítimo; • Combate à poluição; • Autoridade marítima; • Guerra de minas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comando, Controlo e comunicações; • ISR; • Reação rápida; • Intervenção; • Mecanizada; • Apoio geral; • Sustentação logística da força; • Sobrevivência e proteção da força; • Execução de outras missões de interesse público; • Ensino, formação e treino; • Sustentação de base. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comando e controlo; • Defesa aérea; • Ataque ao solo; • Apoio aéreo ofensivo às forças terrestres e às operações marítimas; • Patrulhamento marítimo; • Luta anti-submarina; • Busca e salvamento; • Transporte aéreo tático; • Vigilância e fotografia aérea e geofísica; • Sobrevivência e mobilidade; • Instrução e treino de formação avançada de pilotos.



(2) Análise das capacidades das FA Portuguesas em operações de contrassubversão

(a) MSO

A Marinha com as capacidades submarina e oceânica de superfície é capaz de conduzir MSO (CTG 443.20, 2012, p. 10).

(b) Dissuasão e patrulhas

Os três ramos com os seus navios, viaturas e aeronaves têm capacidade para garantir a dissuasão e patrulhas marítimas, terrestres e aéreas.

(c) Transporte (marítimo e aéreo)

A Marinha e FAP têm reduzida capacidade de transporte. A Marinha não dispõe de meios com capacidade para transporte de grande volume de tropas e material, em apoio à componente terrestre, como um navio polivalente logístico (Estado-Maior da Armada, 2007); a FAP tem apenas a capacidade de transporte aéreo tático, não tendo meios que garantam a capacidade de transporte estratégico.

(d) Aviação Naval

A Marinha possui meios aéreos orgânicos, nomeadamente os helicópteros *Super Lynx*, que podem operar a partir das fragatas, mas não dispõe de porta-aviões e, conseqüentemente, de meios aéreos de asa fixa capazes de realizar ataques de precisão necessários para garantir esta capacidade.

(e) Ataques de precisão (navais e aéreos)

As capacidades de ataque ao solo e apoio aéreo ofensivo às forças terrestres da FAP permitem ataques de precisão a alvos terrestres, apenas com aeronaves tripuladas, nomeadamente com os mísseis *Maverick* dos F-16, com guiamento por laser, *Global Positioning System* (GPS) ou ambos. Os mísseis “*Harpoon II*” que equipam os submarinos 209 PN, têm capacidade de longo alcance mar-terra com guiamento por GPS que permite ataque de precisão (Marinha, 2009).



(f) Edificação das FSeg da HN

Os três ramos têm a capacidade de treinar e assessorar as FA de uma HN, como tem sido demonstrado recentemente na missão da ISAF no Afeganistão(EMGFA, 2013). Como já explicado, as FA têm limitações na edificação das forças policiais da HN.

(g) CIS

Os três ramos têm capacidade de CIS para conduzirem as suas operações, bem como para integração entre as componentes, com algumas limitações de interoperabilidade devido à origem dos meios de comunicações.

(h) ISTAR

O Exército e FAP têm capacidade de ISR. No entanto, não dispõem de meios de pesquisa de aeronaves não tripuladas e plataformas espaciais. O Exército, no Batalhão ISTAR, tem previsto organicamente *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV), contudo ainda não foram adquiridos. A FAP está envolvida no Projeto de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Não-Tripulados (PITVANT) (Estado-Maior da Força Aérea, 2013), no entanto não equipa ainda as unidades operacionais. Os TACP da FAP permitem a aquisição de alvos para aeronaves e A Bateria de Aquisição de Objetivos (BAO) do Batalhão ISTAR permite a aquisição de alvos para artilharia de campanha.

(i) Aviação do exército

O Exército possui, na sua orgânica, a Unidade de Aviação Ligeira do Exército (UALE) (EMGFA, 2007), mas não está equipada com meios aéreos que lhe permitam cumprir a sua missão e assegurar esta capacidade.

(j) Unidades de combate

As capacidades do Exército de reação rápida, intervenção e mecanizada, às quais estão associadas brigadas do sistema de forças nacional garantem as capacidades de unidades de combate com as suas unidades de manobra. A Marinha com o seu Corpo de Fuzileiros também garante esta capacidade.

As viaturas táticas blindadas que equipam as brigadas, nomeadamente M-113 da BrigMec e PANDUR da BrigInt, são meios pesados e médios, respetivamente. Não existe organicamente viaturas ligeiras, como as normalmente empregues em operações de



contrassubversão, como as norte-americanas *High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle* (HMMWV) ou as *Light Multirole Vehicle* (LMV) 4x4 da IVECO. De igual forma, também não existem viaturas preparadas para suportar IED, como as alemãs *Dingo 2 All-Protected Carrier Vehicle* (APCV) ou as norte-americanas *Mine-Resistant Ambush Protected* (MRAP). Estas viaturas deverão estar equipadas com equipamentos de inibição de frequências, vulgarmente conhecidos por *jammers*.

(k) Apoio de fogos indireto

As unidades de artilharia de campanha e morteiros das capacidades de reação rápida, intervenção e mecanizada do Exército e a Companhia de Apoio de Fogos do Corpo de Fuzileiros e peças de artilharia dos navios da Marinha, garantem a capacidade de apoio de fogos indireto (EMGFA, 2007).

Estas unidades de fogos indiretos não possuem munições inteligentes com guiamento terminal, que permitem ser guiadas pelas unidades de manobra equipadas com meios que permitam a iluminar alvos, como designadores laser.

(l) Proteção e Apoio de Geral de Engenharia

As unidades de engenharia capacidades de reação rápida, intervenção, mecanizada e apoio geral asseguram esta capacidade, estando aptas para, com os seus meios, fazer face a atentados terroristas de larga escala (EMGFA, 2007).

(m) NBQR

Todos os ramos dispõem de capacidade NBQR. A Marinha dispõe de equipamentos de defesa nos navios e meios que opera e o Exército e FAP têm unidades específicas, como a Companhia de Defesa NBQ e Equipas de Defesa NBQ, respetivamente (EMGFA, 2007).

(n) PSYOPS

O Exército dispõe de um Módulo de Operações Psicológicas nas suas Forças de Apoio Geral que assegura a capacidade de PSYOPS (EME, 2009a).

(o) CIMIC

As FA têm organicamente uma Companhia Geral CIMIC para a qual contribuem os três ramos, que assegura esta capacidade (EME, 2009b).



(p) Interoperabilidade terra-ar

A maioria dos meios rádios do Exército, da família 525, não são interoperáveis com os equipamentos da FAP, porque carecem de licenças específicas. No entanto, a Brigada de Reação Rápida possui alguns equipamentos que permitem interoperabilidade terra-ar.

(q) Mobilidade Aérea

A FAP dispõe de meios aéreos de asa fixa e rotativa que garantem esta capacidade de mobilidade aérea, apenas no que concerne o transporte tático, ou seja voos intra teatro (EMGFA, 2007).

(r) Forças de operações especiais

O DAE do Corpo de Fuzileiros da Marinha e a Força de Operações Especiais do CTOE do Exército asseguram a capacidade de Forças Especiais(EMGFA, 2007).

(s) Ciberdefesa

A capacidade de ciberdefesa das FA está numa fase embrionária, estando os ramos a desenvolver competências nesta área, fundamentalmente vocacionadas para o treino das próprias defesas a ataques vindos do ciberespaço. O único ramo que possui organicamente uma estrutura com capacidades ofensivas neste domínio é o Exército (Melo, 2011, p. 32), com os módulos táticos de *Computer Incident Response Capability* (CIRC) (EME, 2009c).

(t) EOD

Os três ramos possuem capacidade de EOD. A Marinha tem duas unidades de mergulhadores sapadores, o Exército tem um grupo de equipas EOD nas suas Forças de Apoio Geral e a FAP dispõe de equipas EOD em permanência (EMGFA, 2007).

(u) Análise forense

As unidades operacionais das FA não dispõem de capacidade de análise forense. A Polícia Judiciária Militar (PJM) tem competência em matéria de investigação criminal na “investigação dos crimes estritamente militares” e “competência reservada para a investigação de crimes cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares”(LOPJM, 2003). Ou seja, é vocacionada para atuar em território nacional.



(v) Controlo de tumultos

As unidades de polícia dos ramos treinam esta capacidade para atender a distúrbios nos interior das unidades militares. Unidades do Exército em aprontamento para TO nos Balcãs, como a Bósnia e o Kosovo, treinaram esta capacidade por ser necessária após projetadas, apesar de não ser uma capacidade estritamente militar e não ser objeto do treino nacional fora do contexto de preparação para missões, com exceção das polícias militares para uso interno.

(w) Informações policiais

As redes de informações policiais são restritas às forças policiais pelo que as FA não têm essa capacidade.



(3) Síntese da análise das capacidades das FA Portuguesas

Tabela nº 5 - Resumo das capacidades por ramos das FA

Capacidades	Marinha	Exército	Força Aérea
MSO	x		
Dissuasão e patrulhas	x	x	x
Sustentação e Transporte	(x)	x	(x)
Aviação Naval			
Ataques de precisão (navais e aéreos)	x		(x)
Edificação das FSeg da HN	(x)	(x)	(x)
CIS	x	x	x
ISTAR	x	x	(x)
Aviação do exército			
Unidades de combate	(x)	(x)	
Apoio de fogos indireto	(x)	(x)	
Proteção e Apoio de Geral de Engenharia		x	
NBQR	x	x	x
Unidades caninas	x	x	x
PSYOPS		x	
CIMIC	x	x	x
Interoperabilidade terra-ar	x	(x)	x
Mobilidade Aérea			x
Forças de operações especiais	x	x	
Ciberdefesa		(x)	
EOD	x	x	x
Análise forense			
Controlo de tumultos	(x)	(x)	
Informações policiais			

(x) – Limitações

(4) Capacidades em falta nas FA

Da análise feita no subcapítulo anterior, constata-se que as FA têm falta e limitações de algumas capacidades, nomeadamente:

- ISTAR, pela falta de UAV e plataformas espaciais;
- Transporte, pela falta de navio polivalente logístico para transporte marítimo e de meios de projeção estratégica aérea;
- Aviação naval;
- Ataques de precisão, pela falta de UAV;



- Edificação das FSeg da HN, relativamente ao treino e assessoria das forças policiais da HN;
- Aviação do exército;
- Unidades de combate, pela falta de viaturas adequadas a ambientes de contrassubversão;
- Apoio de fogos indireto, pela falta de munições inteligentes de guiamento terminal;
- Interoperabilidade terra-ar, pela falta de interoperabilidade da maioria dos meios rádios do Exército, da família 525, com os equipamentos da FAP;
- Ciberdefesa, apenas existe no Exército com os módulos CIRC;
- Análise forense;
- Controlo de Tumultos;
- Informações policiais.



d. Capacidades das FSeg passíveis de serem empregues em conflitos assimétricos

“(…) destacam-se, na estratégia nacional, como elementos essenciais (…) as Forças Armadas Portuguesas, para consolidar Portugal no seu estatuto de coprodutor de segurança internacional. Para este efeito concorrem, também, as Forças e Serviços de Segurança, a par da Diplomacia e da Justiça.”

(CEDN, 2013)

(1) Capacidades da GNR para colmatarem lacunas

As Forças e Serviços de Segurança dividem-se em FSeg e Serviços de Segurança, (Figura nº 17). Como já referido, delimitou-se o estudo às capacidade da GNR, em detrimento da Polícia de Segurança Pública e Polícia Marítima, devido à sua natureza militar, histórico de participação em missões internacionais (Anexo B) e a compatibilidade da doutrina, armamento e equipamento com o das FA, por força da sua lei orgânica.



Figura nº 17 - Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança em Portugal

Fonte: (GNR, 2010)

De acordo a sua Lei Orgânica, a GNR participa “nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia (UE) na representação do País em organismos e instituições internacionais” e cumpre “no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas” (LOGNR, 2007, p. Art.º 3.º).

A GNR tem como atribuições, entre outras, garantir a ordem e tranquilidade públicas, tendo, para isso, capacidade de controlo de tumultos, em particular através da sua Unidade de Intervenção que é especialmente vocacionada para as missões de manutenção e



restabelecimento da ordem pública e desenvolver ações de investigação criminal, por meio dos seus Núcleos de Investigação Criminal (NIC), tutelados pela Direção de Investigação Criminal do Comando Operacional do Comando Geral (GNR, 2010).

Estas capacidades estão inseridas no catálogo de capacidades da EUROGENDFOR, à que a GNR pertence (Anexo A) e no âmbito da qual participou na Operação ALTHEA, na Bósnia Herzegovina, tendo contribuído com um Pelotão de Ordem Pública e uma Equipa de Investigação Criminal (Anexo B).

Como força de segurança, a GNR tem acesso às redes de informações policiais nacionais e internacionais, que permite a pesquisa de informação classificada e é a força mais adequada para treino e assessoria das forças policiais da HN, como deu provas no Afeganistão na difícil província de Wardak, também no âmbito da EUROGENDFOR.

A GNR pode suprir as limitações militares nacionais nas capacidades de edificação das FSeg da HN, controlo de tumultos, análise forense e informações policiais, em cooperação com as FA Portuguesas.

(2) Modelo de cooperação

De acordo com a doutrina da OTAN, existem os seguintes graus de autoridade numa operação: Comando Completo (FULLCOM); Comando Operacional (OPCOM); Controlo Operacional (OPCON); Comando Tático (TACOM); Controlo Tático (TACON); Controlo Administrativo (ADCON), Controlo Logístico (LOGCON) e Autoridade para coordenação (DIRLAUTH) (NATO, 2011b, pp. 1_26 - 1_27).

A componente da GNR que integrou o Contingente Nacional da ISAF, tal como os ramos das FA, foi atribuída em OPCOM ao EMGFA, assumido pelo Comando de Operações Conjunto (COCONJ) que tinha autoridade para atribuir missões e tarefas, projetar unidades e reatribuir forças (NATO, 2011b, p. 1_27). O CEMGFA transferiu em OPCON para o *Supreme Allied Commander Europe* (SACEUR), possibilitando-lhe o emprego das forças portuguesas para o desempenho de missões específicas (EMGFA, 2012, p. 15).

O comandante de contingente exerceu o comando Administrativo-Logístico sobre todas as forças do contingente. De acordo com o PDE 3-00, comando administrativo é a “autoridade conferida a um comandante sobre forças que dependem de outro comandante no aspeto operacional, caracterizada pelo vínculo hierárquico limitado aos aspetos administrativo-logísticos. É exercido sobre forças orgânicas e atribuídas. Tem competência



disciplinar e responsabilidade de apoio técnico e de instrução.” (Exército Português, 2012, p. 3_13). A única exceção é que o comandante de Contingente não tinha competência disciplinar para os militares da GNR (EMGFA, 2012, p. 15) (Figura nº 18).

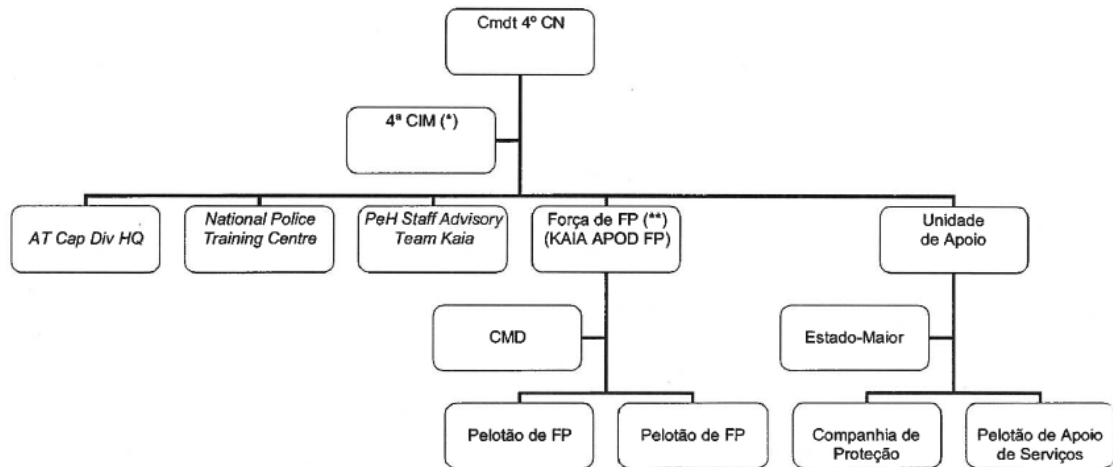


Figura nº 18 - Estrutura do Contingente Nacional na ISAF

Fonte: (EMGFA, 2012, p. A_1)

Desde 1996 que as FA Portuguesas participam ininterruptamente no esforço global para a paz e estabilidade mundial, bem como as FSeg, operando sempre em estruturas independentes, sem aproveitar as sinergias da participação nacional a “uma só voz”. Este modelo de integração e cooperação dos três ramos da FA e GNR no mesmo contingente é bom exemplo de como se pode trabalhar de forma concertada.

Na opinião do Tenente General Vaz Antunes (2013), Comandante do COCONJ, esta estrutura de comando é adequada e ajustada para alcançar os objetivos da missão e a coordenação necessária, com a ressalva de que o comandante de contingente deveria ter competência disciplinar sobre todos os militares sob o seu comando. Como conhecedor no terreno e em proximidade do empenho, privações e grau de perigo a que os militares da GNR estiveram sujeitos poderia valorizar as carreiras destes militares através da proposta de louvores e condecorações na estrutura do EMGFA.



Conclusões

Termina-se este estudo com a síntese dos principais resultados da investigação, que foram organizados nos quatro capítulos deste trabalho, com vista a validar as hipóteses formuladas para as QD e, assim, dar resposta à QC (Apêndice 1). No final, apresentam-se algumas recomendações para o futuro.

No primeiro e segundo capítulo pretendeu-se responder à QD1 (Quais as principais características dos conflitos assimétricos?), através da revisão da literatura e do enquadramento. Assim, verificou-se que desde sempre que atores com menos recursos e potencial adotam métodos para derrotar mais fortes, através da assimetria. Os conflitos assimétricos são caracterizados por serem sem frentes, sem uniformes e sem respeito pelos limites territoriais. A assimetria é, muitas vezes, associada apenas às capacidades e tecnologia, mas pode ser de interesse, de vontade, de valores, de estratégias e táticas, de tecnologia e capacidades, organizacional e de tempo. Os conflitos podem começar de forma simétrica e passarem a assimétricos e vice-versa e mesmo nos conflitos entre atores semelhantes, ambos tentam a assimetria para obter vantagem sobre o contendor. Um conflito totalmente simétrico não teria vencedores e vencidos.

As ameaças assimétricas, que são normalmente atores não estatais, como os terroristas e os subversivos, misturam-se na população para se dissimularem, procurarem apoio e a influenciarem para atingirem os seus objetivos. O terrorismo procura através da coerção, criar um clima de terror e medo nas populações e, assim, atingir um objetivo político, sendo igualmente uma tática que pode ser empregue em cenários de subversão. A subversão é uma luta conduzida num interior de um estado, com o objetivo de produzir uma mudança política, que, para ter sucesso, tem que controlar a população.

Os principais conflitos assimétricos deste século são as campanhas do Afeganistão, Iraque e, mais recentemente, no Mali, nos quais as FA portuguesas estiveram ou estão empenhadas. A resposta militar empregue nestes TO é a contrassubversão que consiste no desenvolvimento de todas as ações para acabar com a subversão e as suas causas base.

Deste modo, podemos afirmar que a primeira hipótese foi validada, na medida em que os conflitos assimétricos são operações militares conduzidas no exterior dos próprios Estados, conduzidas no âmbito multinacional, sob a égide de organizações internacionais, em apoio a uma nação hospedeira (HN), num ambiente não permissivo devido a ameaças assimétricas. Ou seja, são conflitos no âmbito da contrassubversão, nos quais os subversivos se caracterizam pela assimetria de meios e tecnologia, interesses e valores,



táticas e tempo e centram a sua ação no seio da população, que é simultaneamente ambiente onde operam, onde recrutam, recolhem apoio e se misturam e é, também, o objetivo que pretendem.

No quarto capítulo pretendeu-se dar resposta às QD2, QD3 e QD4. Para responder à QD2 (Quais as principais capacidades militares dos atores presentes em conflitos assimétricos?), analisaram-se as ameaças assimétricas e as FA de acordo com o modelo de análise baseado em objetivos, métodos e capacidades. As ameaças assimétricas pretendem, através do terrorismo e subversão, mudar o sistema político de um determinado país e aproveitam-se da população vulnerável, da falta de liderança e da ineficácia do governo. Os seus objetivos podem ser prejudicar ou anular a legitimidade do governo, assim como a sua capacidade e direito moral para governar; ganhar o apoio da população e forçar uma mudança política e estabelecer-se como uma alternativa ao Estado. Para atingir os seus objetivos, os subversivos podem adotar quatro métodos, dois básicos (terrorista e foco) e dois avançados (prolongado e subversivo), para os quais necessitam de ter uma estrutura mais robusta, nomeadamente uma ala política. Na utilização destes métodos podem ter capacidade para conduzir várias ações como: atentados/ ações violentas; ataques armados (ações de fogo direto e indireto); sabotagens e ciberataques; emprego de IED; sequestros/raptos/assassinatos; propaganda; manifestações e distúrbios civis; utilização potencial de ADM (NBQ R) e ligação ao crime organizado/ cartéis/máfias.

Por seu lado, as FA pretendem contrariar os subversivos e têm como objetivos: ganhar o apoio e proteger a população; separar os subversivos da população; legitimar o governo e suas instituições e eliminar as causas base da subversão. Estes objetivos alcançam-se através de operações de combate (empregando o conceito de CHB); treino e emprego das FSeg da HN; proporcionar segurança, centrada na população; estabelecer capacidades do governo, promovendo a sua legitimação; contributo para o *comprehensive approach* e fornecer serviços essenciais. Para aplicar estes métodos e atingir os objetivos, as FA poderão ter as seguintes capacidades no âmbito da contrassubversão: MSO; dissuasão e patrulhas; sustentação e transporte (marítimo e aéreo); aviação naval; ataques de precisão (navais e aéreos); edificação das FSeg da HN; CIS; ISTAR; aviação do exército; unidades de combate; apoio de fogos indireto; proteção e apoio geral de engenharia; NBQR; PSYOPS; CIMIC; interoperabilidade terra-ar; mobilidade aérea; forças de operações especiais; ciberdefesa; EOD; análise forense; controlo de tumultos e informações policiais (Apêndice 2).



Esta análise permitiu validar a segunda hipótese, concluindo-se que tanto os subversivos como as FA pretendem o controlo político de um determinado território e da sua população, tendo a população um papel determinante. As capacidades empregues pelos subversivos, dos IED aos ciberataques e das FA dos ataques de precisão ao CIMIC, são algumas das capacidades letais e não letais empregues para subordinar a vontade do contendor e controlar a população.

Em resposta à QD3 (Em que medida as capacidades das FA Portuguesas permitem participar em conflitos assimétricos?), analisou-se como é que as 23 capacidades aferidas como necessárias para as FA serem empregues em conflitos assimétricos, no âmbito da contrassubversão, estão implementadas nas FA Portuguesas. Concluiu-se que as FA Portuguesas asseguram dez das necessárias, apresentam limitações em nove e não possuem quatro capacidades.

Assim, valida-se a terceira hipótese, confirmando-se que as FA Portuguesas possuem a globalidade das capacidades necessárias para participar em conflitos assimétricos, apesar de apresentarem algumas limitações ou lacunas.

Para responder à QD4 (Em que medida as FSeg podem complementar as capacidades das FA em conflitos assimétricos?), analisaram-se as 12 capacidades nas quais as FA Portuguesas apresentam limitações ou lacunas, para verificar quais a GNR pode assumir.

A GNR tem como atribuições, entre outras, garantir a ordem e tranquilidade públicas e desenvolver ações de investigação criminal. Tem, para isso, capacidade de controlo de tumultos e forense, em especial através da Unidade de Intervenção e dos NIC, respetivamente. Como força policial, tem acesso às redes de informações policiais nacionais e internacionais, que permite a pesquisa de informação classificada, que as FA não teriam acesso, apesar de ser importante pelas ligações dos agentes subversivos ao crime organizado. Dada a sua génese de corpo especial de tropas, que conjuga na mesma instituição as valências militares e policiais, é a força mais adequada para treino e assessoria das forças policiais da HN. Conclui-se que a GNR pode garantir as capacidades de edificação das FSeg da HN, de controlo de tumultos, de análise forense e de informações policiais. Deste modo fica validada a quarta hipótese, verificando que as FSeg, em concreto a GNR, possui capacidades que podem ser empregues em conflitos assimétricos. Essas capacidades podem complementar e suprir faltas das FA, numa lógica de cooperação e integração em estruturas conjuntas, como contingentes nacionais, desde



que sejam salvaguardadas as questões legais da participação de FSeg no exterior do território nacional.

Respondidas as questões derivadas, é possível dar resposta à QC: Quais as principais capacidades que as FA Portuguesas necessitam para participar em conflitos assimétricos? Assim, fruto desta investigação, concluiu-se que:

- As principais capacidades necessárias para as FA Portuguesas participarem em conflitos assimétricos são: MSO; dissuasão e patrulhas; sustentação e transporte (marítimo e aéreo); aviação naval; ataques de precisão (navais e aéreos); edificação das FSeg da HN; CIS; ISTAR; aviação do exército; unidades de combate; apoio de fogos indireto; proteção e apoio geral de engenharia; NBQR; PSYOPS; CIMIC; interoperabilidade terra-ar; mobilidade aérea; forças de operações especiais; ciberdefesa; EOD; análise forense; controlo de tumultos e informações policiais;
- Destas capacidades, as FA Portuguesas asseguram as de MSO, dissuasão e patrulhas, CIS, proteção e apoio geral de engenharia, NBQR, PSYOPS, CIMIC; mobilidade aérea; forças de operações especiais e EOD;
- As FA Portuguesas não dispõem das capacidades de: aviação naval, ou seja meios de asa fixa para ataques de precisão e não os helicópteros da Marinha; aviação do exército, apesar da Unidade Aviação Ligeira do Exército se encontrar constituída e, de acordo com os dados disponíveis, ainda não se ter desistido da aquisição dos respetivos meios aéreos; análise forense, apenas disponível na Polícia Judiciária Militar, que tem competência em matéria de investigação criminal na investigação dos crimes estritamente militares, vocacionada para atuar em território nacional e informações policiais, cujas bases de dados apenas estão disponíveis para forças policiais;
- Nas capacidades de ISTAR e ataques de precisão, as FA Portuguesas têm limitações porque não dispõem de UAV nem de plataformas espaciais para o ISTAR;
- Relativamente à edificação das FSeg da HN, os três ramos das FA têm capacidade para o treino e assessoria das forças militares mas, como é normal para as FA, o mesmo não se verifica para o treino das polícias da HN;



- A capacidade de Sustentação e Transporte é limitada pela inexistência de um navio polivalente logístico para transporte marítimo e de meios de projeção estratégica aérea;
- As unidades de combate apresentam lacunas nas viaturas blindadas ligeiras, normalmente empregues em operações de contrassubversão, bem como em viaturas preparadas para suportar IED;
- Relativamente ao apoio de fogos indireto, encontra-se limitado por não existirem organicamente munições inteligentes com guiamento terminal;
- A interoperabilidade terra-ar, pela falta de interoperabilidade da maioria dos meios rádios do Exército, da família 525, com os equipamentos da FAP;
- No âmbito da ciberdefesa, os meios disponíveis ainda são muito incipientes, encontrando-se esta capacidade numa fase embrionária de desenvolvimento e apenas no Exército;
- O controlo de tumultos não é uma capacidade estritamente militar e não é objeto do treino nacional das FA, fora do contexto de preparação para missões, com exceção das polícias militares para uso interno;
- A GNR pode garantir as capacidades de edificação das FSeg da HN, controlo de tumultos, análise forense e informações policiais.

Decorrente da presente investigação e no âmbito da liberdade académica de um trabalho desta natureza, entende-se pertinente apontar algumas recomendações relacionadas com a edificação de capacidades para as FA Portuguesas em conflitos assimétricos.

À semelhança do que aconteceu no Contingente Nacional da ISAF, no Afeganistão, recomenda-se que a experiência se repita em futuras participações em missões desta natureza, no âmbito dos conflitos assimétricos, através das capacidades de edificação das FSeg da HN, controlo de tumultos, análise forense e informações policiais. A estrutura de comando e controlo deverá ser a mesma do antecedente, sem exceções para os militares da GNR.

Para fazer face às ameaças definidas no seu conceito estratégico, a OTAN considera que se devem desenvolver novas capacidades militares como a ciberdefesa e os UAV (Rühle, 2013). O recente Conceito Estratégico de Defesa Nacional considera o ciberterrorismo e a cibercriminalidade como ameaças e riscos no ambiente de segurança



global (CEDN, 2013), pelo que se recomenda que a ciberdefesa se desenvolva nas FA para dotar com esta capacidade os contingentes nacionais destacados em conflitos assimétricos, para que as suas redes informáticas e informações sejam protegidas contra o ciberterrorismo.

As FA têm-se envolvido em projetos de desenvolvimento de UAV, internamente com o PITVAN da FAP e externamente com apoio do Exército à empresa Tekever para desenvolvimento do mini UAV AR4 *Light Ray* (Tekever, 2013). Dada a sua dimensão, estes UAV não realizam ataques de precisão, no entanto podem ser empregues para ISTAR, pelo que se recomenda que esta capacidade seja operacionalizada nas FA Portuguesas através de um destes projetos ou de ambos, para que possam ser projetados para TO no âmbito de campanhas de contrassubversão.

A capacidade de transporte estratégico é essencial para projeção e sustentação das forças nacionais em conflitos assimétricos, apesar de não ser específica para esta tipologia de conflitos. Seria importante a existência de um navio polivalente logístico para garantir mobilidade estratégica por via marítima e flexibilidade de emprego e sustentação logística, de acordo com as especificações já definidas pela Marinha (DGAED, 2008). Para suprir a lacuna na capacidade de projeção estratégica aérea nacional, seria interessante estudar a possibilidade da utilização partilhada da futura frota de A400M de Espanha, numa perspetiva de parceria bilateral, de acordo com o já veiculado aos meios de comunicação social nacionais pelo atual Ministro da Defesa Nacional Dr. Aguiar Branco (Leiracha, et al., 2012).

As FA em conflitos assimétricos necessitam de meios específicos como as viaturas ligeiras blindadas e viaturas preparadas para suportar IED, que já foram referidas a título de exemplo. Portugal adquiriu 22 HMMWV para serem utilizados em Timor Leste, sendo posteriormente empregues no Kosovo e, após serem blindados em Israel, serviram com a QRF no Afeganistão. Com a necessidade de ter estes meios em território nacional para treinos dos militares nos aprontamentos, atualmente os militares portugueses na ISAF utilizam HMMWV alugados aos EUA. Assim, as FA Portugueses não conseguem autonomamente assegurar a capacidade de unidades de combate por falta de viaturas, pelo que se recomenda que sejam adquiridas viaturas deste tipo para garantir esta capacidade.



Como se pode constatar nesta investigação, as FA Portuguesas possuem muitas das capacidades para participar em conflitos assimétricos, apesar de apresentarem algumas lacunas ou limitações. As recomendações apresentadas procuraram contribuir para a edificação das capacidades nacionais com vista à maior proficiência no desempenho de missões neste tipo de conflitos.



Bibliografia

Al Jazeera Center for Studies, 2013. *French intervention in Mali: Causes and Consequences*, Mecca: Al Jazeera Center for Studies.

Antunes, J. V., 2013. *Apresentação do COC EMGFA ao CEM-C 2012/13*, Lisboa: EMGFA.

Armée de Terre, 2010. *Doctrine for Counterinsurgency at the Tactical Level*. Paris: Centre de Doctrine d'Emploi des Forces.

Associated Newspapers Ltd, 2010. *Mail Online*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-1269463/Afghanistan-PowerPoint-slide-Generals-left-baffled-PowerPoint-slide.html>

[Consult. 01 março 2013].

Borges, V., 2011. Planeamento Tático em Operações de Contra-Subversão. *Azimute: Revista Militar da Infantaria EPI*, N°191 agosto, pp. 26-30.

Buffaloe, D., 2006. Defining Asymmetric Warfare. *The Land Warfare Papers*, N°58 setembro.

CACI International Inc, 2008. *Dealing With Today's Asymmetric Threat Asymmetric Threat*. Arlington: CACI International Inc.

Cann, J., 2005. *Contra-subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África*. Lisboa: Prefácio.

Canotilho, J. & Moreira, V., 1997. *Constituição da República Portuguesa. Lei do Tribunal Constitucional*. 4ª Edição ed. Coimbra: Coimbra Editora.

Cassidy, R., 2008. *Counterinsurgency and the Global War on Terror*. Stanford: Stanford Security Studies.

Catignani, S., 2008. The Israel Defense Forces and the Al-Aqsa Intifada: When Tactical Virtuosity Meets Strategic Disappointment. In: D. Harshton & C. Malkasian, eds. *Counterinsurgency in Modern Warfare*. Oxford: Osprey Publishing, pp. 233-250.

CEDN, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, Lisboa: Diário da República, 1.ª série - N.º 67 -5 de abril de 2013.



COC EMGFA, 2013. *Apresentação da visita do CEM C 2012/13*. Lisboa: Centro de Operações Conjunto de Estado-Maior General das Forças Armadas.

Cooper, B., 2009. *Democracies and Small Wars*, Calgary: Canadian Defence & Foreign Affairs Institute.

Corbett, D. & McNamara, K., 2011. Battlefield forensics: Countering Improvised Explosive Devices in Afghanistan. *Gazette*, N°1 VOL.73, pp. 14-15.

Corpora, C., 2006. Times, They Have Changed: Terrorism and the Asymmetric Threat Complex. *National Counter-Terrorism Strategies*, pp. 69-76.

Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

CTG 443.20, 2012. Exercício Naval “INSTREX 12”. *Revista da Armada*, N° 463 maio, pp. 10-11.

DGAED, 2008. *Apresentação ao EMGFA e Ramos - Capacidades do Navio Polivalente Logístico (NPL)*, Lisboa: DGAED.

DoD, 2008. *Forensic for Commanders*, s.l.: Office of the Provost Marshall General (OPMG).

DPERI, 2013. *Participação da GNR em missões internacionais*, Lisboa: DIVISÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - GNR.

EME, 2009a. *Q.O. 24.0.59 - Módulo de Operações Psicológicas*, Lisboa: Exército Português.

EME, 2009b. *Q.O. 20.0.68 - Companhia Geral CIMIC*, Lisboa: Exército Português.

EME, 2009c. *Q.O. 10.2.04 - Direção de Comunicações e Sistemas de Informação*, Lisboa: Exército Português.

EMGFA, 2007. *Forças Armadas Portuguesas / Portuguese Armed Forces*, s.l.: Estado Maior General das Forças Armadas.

EMGFA, 2009. *Estado-Maior General das Forças Armadas*. [Em linha] Disponível em: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-iraq/> [Consult. 8 março 2013].



EMGFA, 2012. *Diretiva Operacional N.º004/CEMGFA/12 - 4.º Contingente Nacional para a ISAF*, Lisboa: EMGFA.

EMGFA, 2013. *Estado Maior General das Forças Armadas*. [Em linha] Disponível em: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-afeg> [Consult. 8 março 2013].

Estado-Maior da Armada, 2007. *Requisitos Operacionais do Navio Polivalente Logístico POA (C)*. Lisboa: Estado-Maior da Armada.

Estado-Maior da Força Aérea, 2013. *Visão Estratégica para sistemas de aeronaves não tripuladas MFA 500-12*. Lisboa: Estado-Maior da Força Aérea.

Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00*, s.l.: Exército Português.

Faulkner, N., 2010. Guerrilla of Arabia: How one of Britain's most brilliant military tacticians created the Taliban's battle strategy. *The Independent*, 17 setembro.

Galula, D., 1964. *Counter-Insurgency Warfare: Theory and Practise*. 4ª Edição ed. Nova Iorque: Frederick A. Praeger, Inc.

Gamboa de la Calleja, J. A. & Gonzáles, F., 2008. Descripción de la amenaza "La Insurgencia". *Revista Ejército*, n.812 novembro, pp. 46-52.

Gambola de la Calleja, J. A., 2008. Evolución doctrinal de los conceptos relacionados con la insurgencia y contrainsurgencia. *Revista Ejército*, n.812 novembro, pp. 40-45.

Garcia, F. P., 2007. *Instituto D. João de Castro*. [Em linha] Disponível em: http://www.idjc.pt/artigos/A_NOVA_CONFLITUALIDADE.htm [Consult. 15 março 2013].

Garcia, F. P., 2008. A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano. *Nação e Defesa*, N.º 121 - 3ª Série Outono-Inverno, pp. 177-209.

Garcia, F. P., 2009. *O fenómeno da guerra no nosso século*. [Em linha] Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000200008&script=sci_arttext [Consult. 14 março 2013].

Garcia, F. P., 2010. *Da Guerra e da Estratégia: A Nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio.



GNR, 2010. *Guarda Nacional Republicana: Uma força humana, próxima e de confiança*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.gnr.pt/default.asp>
[Consult. 15 abril 2013].

Gompert, D. & Gordon IV, J., 2008. *War by Other Means Building complete and balanced capabilities for counterinsurgency*, Santa Monica: RAND Corporation.

Gonzalez, G., 2013. *Defense-aerospace.com*. [Em linha]
Disponível em: <http://www.defense-aerospace.com/articles-view/feature/5/142416/mali-shows-need-for-coin-aircraft.html>

[Consult. 06 março 2013].

Gonzalo, P. & Alfaro, J., 2008. Actividades tácticas de la insurgência. *Revista Ejército*, N.812 novembro, pp. 53-58.

Grange, D., 2000. Asymmetric Warfare: old method, new concern. *National Strategy Forum Review*, winter.

Hoffay, D., 2006. *The Global War on Terrorism*, s.l.: s.n.

Hoffman, B., 2006. *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press.

Hughes, G., 2011. *The Military's Role in Counterterrorism: Examples and Implications for liberal democracies*. Carlisle: Strategic Studies Institute.

IESM, 2007. In: *Metodologia da Investigação Científica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, p. 34.

Joint Chiefs of Staff, 2009a. *Joint Publication 3-26 Counterterrorism*, s.l.: Joint Chiefs of Staff.

Joint Chiefs of Staff, 2009b. *Joint Publication 3-24 Counterinsurgency Operations*, s.l.: Joint Chiefs of Staff.

Jones, S., 2008. The Rise of Afghanistan's Insurgency: State Failure and Jihad. *International Security*, N°4 Vol.32, pp. 7-40.

Jordan, T., 2001. *Activism! Direct Action, Hactivism and the Future of Society*. Londres: Reaktion Books Ltd..



Keller, D., 2010. *U.S. Military Forces and police assistance in stability operations: The least-worst option to fill the U.S. capacity gap*, Carlisle: Strategic Studies Institute.

Kilcullen, D., 2005. Countering Global Insurgency. *The Journal of Strategic Studies*, No.4 agosto, pp. 597-617.

Kilcullen, D., 2006a. *Counterinsurgency Redux*, s.l.: Small Wars Journal.

Kilcullen, D., 2006b. *Three Pillars of Counterinsurgency*, Washington D.C.: U.S. Government Counterinsurgency Conference.

Kilcullen, D., 2009. *The accidental guerilla*, Londres: C. Hurst & Co.

Kissinger, H., 1994. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.

Landler, M. & Cooper, H., 2011. *NY Times*. [Em linha] Disponível em:

<http://www.nytimes.com/2011/06/23/world/asia/23prexy.html?pagewanted=all>

[Consult. 10 dezembro 2012].

Lawrence, T., 1917. Twenty-Seven Articles. *The Arab Bulletin*, 20 agosto.

LDN, 2009. *Lei de Defesa Nacional*, s.l.: Assembleia da República.

Lee, S., 2004. Double Effect, Double Intention, and Asymmetric Warfare. *Journal of Military Ethics*, pp. 233-252.

Leiracha, P. et al., 2012. *A Capacidade de Projeção Estratégica Aérea, em cooperação bilateral com Espanha*, Pedrouços: IESM.

LOBOFA, 2009. *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas*, s.l.: Assembleia da República.

LOGNR, 2007. *Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana*, s.l.: Assembleia da República.

LOPJM, 2003. *Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar*, s.l.: Diário da República.

LSI, 2009. *Lei de Segurança Interna*, s.l.: Assembleia da República.

Malkasian, C., 2008. Counterinsurgency in Iraq: May 2003 - January 2010. In: C. Malkasian & D. Harshon, eds. *Counterinsurgency in Modern Warfare*. Oxford: Osprey Publishing, pp. 287-310.



Marinha, 2009. *Marinha Portuguesa*. [Em linha]
Disponível em: <http://www.marinha.pt/PT/Pages/homepage.aspx>
[Consult. 16 abril 2013].

Marks, T., 2008. Regaining the Initiative: Columbia versus the Farc Insurgency. In: D. Harshton & C. Malkasian, eds. *Counterinsurgency in Modern Warfare*. Oxford: Osprey Publishing, pp. 209-232.

Marston, D., 2008. Realizing the extent of our errors and forging the road ahead. In: D. Harshton & C. Malkasian, eds. *Counterinsurgency in Modern Warfare*. Oxford: Osprey Publishing, pp. 252-286.

Melo, P. P., 2011. *A Ciberguerra. Estrutura Nacional para Enfrentar as Vulnerabilidades – uma Capacidade Autónoma ou Partilhada.*, Lisboa: IESM.

Metz, S. & Millen, R., 2004. *Insurgency and Counterinsurgency in the 21st Century: Reconceptualization Threat and Response*. Carlisle: Strategic Studies Institute.

Ministério do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva - I Generalidades*, s.l.: Ministério do Exército .

Nagl, J., 2002. *Learning to Eat Soup with a Knife: Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam*. Chicago: The University of Chicago Press paperback.

Nagl, J., 2010. Constructing the Legacy. *JFQ*, issue 58 3d quarter , pp. 118-120.

NATO, 2002. *NATO's military concept for defence against terrorism*. [Em linha]
Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69482.htm
[Consult. 19 fevereiro 2013].

NATO, 2008. *AAP-6 NATO GLOSSARY OF TERMS AND DEFINITIONS*, s.l.: NATO Standardization Agency.

NATO, 2010a. *AJP-01 (D) Allied Joint Doctrine*, s.l.: NATO Standardisation Agency.

NATO, 2010b. *Bi-SC Joint Operational Guidelines 10/01 Counterinsurgency (COIN)*, s.l.: ACT & ACO.

NATO, 2011a. *AJP 3.4.4 Allied Joint Doctrine for Counterinsurgency*, s.l.: NATO Standardisation Agency.



NATO, 2011b. *AJP-3 (b) Allied Joint Doctrine for the conduct of operations*, s.l.: NATO Standardization Agency.

Newmyer, J. & Rosen, S., 2008. *The Character of Conflict in 2025: Workshop report*. s.l.:s.n.

Nye, J., 2000. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. 3ª Edição ed. Lisboa: Gradiva.

Pelli, F., 1990. *Insurgency, Counterinsurgency, And The Marines In Vietnam*, s.l.: s.n.

Pirnie, B. & O'Connell, E., 2008. *Counterinsurgency in Iraq (2003-2006)*, Santa Monica: RAND Corporation..

Poole, H. J., 2006. *Terrorist Trail*. Emerald Isle: Posterity Press.

Priberam, 2012. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. [Em linha] Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=insurg%C3%Aancia> [Consult. 04 março 2013].

Rabasa, A. et al., 2011. *From Insurgency to Stability Volume I: Key Capabilities and Practices*, Santa Monica: RAND Corporation.

Ramalho, J. L. P., 2005. O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta - Uma Reflexão. *Revista Militar*, Nº 8/9 agosto/setembro, pp. 759-773.

Rand Corporation, 2013. *Rand Corporation*. [Em linha] Disponível em: <http://www.rand.org/topics/asymmetric-warfare.html> [Consult. 22 janeiro 2013].

Reis, J., 2011. *Guerra Subversiva: lições aprendidas e contributos para o reajustamento da doutrina nacional*, Lisboa: IESM.

Rieper, W., 2010. *Irregular Forces in Counterinsurgency Operations: Their Roles and Considerations*, Fort Leavenworth: School of Advanced Military Studies.

Rineheart, J., 2010. *Counterterrorism and Counterinsurgency*, s.l.: Terrorism Research Initiative.

Rühle, M., 2013. *The emerging security landscape: challenges for NATO*, Bruxelas: Emerging Security Challenges Division / NATO HQ.



Russell, J., 2002. *Asymmetric Warfare*. In: *The Big Issue: Command and Control in the information age*. s.l.:Strategic and Combat Studies Institute, pp. 118-128.

Silva, F. B., 2009. *O terrorismo internacional. Uma missão para as Forças Armadas ou para as Forças de Segurança. Formas de cooperação e delimitação de áreas de atuação*, Lisboa: IESM.

Sloan, S., 1998. *Terrorism and Asymmetry*. In: L. Matthews, ed. *Challenging the United States Symmetrically and Asymmetrically: Can America Be Defeated?*. Carlisle: Army War College Strategic Studies Institute, pp. 172-191.

Smith, R., 2005. *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, Lda..

Sun Tzu, 2005. *A Arte da Guerra*. 5ª Edição ed. Queluz: Coisas de Ler.

Tekever, 2013. *AR4 Light Ray*. [Em linha]
Disponível em: <http://autonomous.tekever.com/ar4/specs.html>
[Consult. 10 abril 2013].

Thornton, R., 2007. *Asymmetric Warfare*. Cambridge: Polity Press.

Ulrich, M., 2010. *The Counter guerrilla's Guide to Defeating Insurgencies and Conducting Populist Centric Operations*, s.l.: s.n.

Underwood, M., 2012. *The EOD Role in Counter-IED post-2014*. Norfolk: NATO Allied Command Transformation.

van Creveld, M., 2000. *Through a glass, darkly: Some Reflections on the Future of War*, s.l.: Defense and the National Interest.

Visacro, A., 2009. *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Editora Contexto.

Whitham, B., 2012. *Exterminating the Cyber Flea: Irregular Warfare Lessons for Cyber Defence*, Perth: Edith Cowan University.



Anexo A – EUROGENDFOR

Fonte: Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais/GNR (DPERI, 2013)

A EUROGENDFOR é uma iniciativa de cinco Estados Membros da UE – França, Itália, Holanda, Portugal e Espanha – que visa melhorar a capacidade de gestão de crises em áreas sensíveis. Mais tarde, em reunião de 17 de Dezembro de 2008, a qual teve lugar em Portugal (Presidência Portuguesa do CIMIN de 2008), o Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) decidiu atribuir o Estatuto de Membro à Roménia, que, desde então, integra a EUROGENDFOR, que conta atualmente com seis Estados Membros, 1 Observador (Turquia, desde 13 de Maio de 2009) e 2 Parceiros (Polónia, desde 08 de Março de 2007, e Lituânia, desde 05 de Março de 2008).

A criação da EUROGENDFOR visou proporcionar à comunidade internacional um instrumento válido e operacional para a gestão de crises, estando em primeiro lugar e particularmente à disposição da União Europeia, mas também de outras organizações internacionais e coligações *ad hoc*.

As suas principais mais-valias passam pela capacidade de projeção rápida de Forças capazes de assegurar todo o espectro de funções policiais, aptas a atuar em ambientes não estabilizados e de elevado risco, preenchendo o vazio e fazendo a ponte entre uma intervenção militar e o estabelecimento de uma missão de apoio e de capacitação das Forças policiais locais.

O Quartel-General Permanente da EUROGENDFOR situa-se em Vicenza (Itália), no Quartel "*Chinotto Generale*", sendo composto por 36 Oficiais e Sargentos das Forças que integram a EUROGENDFOR. A sua missão é, essencialmente, de planeamento operacional, monitorizando cenários de possível atuação, prevendo possíveis modalidades de intervenção e estabelecendo ligação entre os Países e as Organizações Internacionais que tutelam as missões.

1. Organização

A EUROGENDFOR está organizada em três níveis:

a. Estratégico e Político

A estrutura de comando, a este nível, é o CIMIN - composto por representantes dos ministérios responsáveis de cada País e pelos Comandantes e Diretores-Gerais das Forças,



que assegura a coordenação político-militar, nomeia o Comandante da EUROGENDFOR, indica as diretrizes e dá as orientações para a projeção, sendo assessorado por Grupos de Trabalho.

b. Operacional

O Quartel-General Permanente é dirigido pelo Comandante da EUROGENDFOR e consiste num núcleo multinacional que pode ser reforçado quando necessário e por acordo dos Países. Lida com o planeamento operacional e, a pedido, contribui para o processo de tomada de decisão estratégica. Na eventualidade de uma operação, os Países designarão um Comandante da Força para uma missão EUROGENDFOR.

c. Tático

As Unidades da EUROGENDFOR, durante uma missão, são colocadas sob uma cadeia de comando, a qual poderá ser militar ou civil.

Uma Força EUROGENDFOR, não é uma força permanente, sendo gerada e projetada numa base *ad hoc*. Pode ser uma Força de Polícia rapidamente projetada, com um máximo de 800 elementos, sob pedido prévio com 30 dias de antecedência, incluindo Quartel-General rapidamente projetado para o terreno. O efetivo total da Força pode chegar aos 2300 elementos.

A Força atua de acordo com os conceitos operacionais desenvolvidos pela União Europeia, em relação à projeção das designadas *Integrated Police Unit* (IPU), e inclui:

- Uma componente operacional, dedicada a missões de segurança pública em geral e manutenção da ordem pública;
- Uma componente de combate à criminalidade, incluindo peritos em missões de investigação criminal, deteção, recolha, análise de informações e proteção, tratamento e assistência de pessoas, controlo de trânsito, EOD, luta contra o terrorismo e outros crimes graves, entre outros;
- Uma componente de apoio logístico, com capacidade para realizar todas as atividades relacionadas com abastecimento, reabastecimento, manutenção, recuperação e evacuação de equipamentos, transporte e cuidados médicos e de saúde.



2. MISSÃO

Realizar todos os tipos de funções policiais em operações de gestão de crises, no âmbito da declaração de Petersberg, quer sob cadeia de comando militar ou civil.

A EUROGENDFOR deve ser capaz de cobrir todos os aspetos em operações de gestão de crise:

- Durante a fase inicial da operação, a EUROGENDFOR pode entrar no teatro juntamente com a força militar, a fim de executar funções policiais;
- Durante a fase de transição, a EUROGENDFOR pode prosseguir por si só ou em conjunto com uma força militar, facilitar a coordenação e a cooperação com as Unidades de Polícia locais ou internacionais;
- Durante a fase de retração, a EUROGENDFOR pode facilitar a passagem de responsabilidades para as autoridades civis e agências que participam dos esforços de cooperação, se necessário.

De acordo com o mandato de cada operação, a EUROGENDFOR realiza um largo espectro de atividades relacionadas com as suas capacidades próprias de polícia, tais como:

- Realizar missões de segurança e manutenção de ordem pública;
- Monitorizar e assessorar a Polícia local nas suas atividades diárias, incluindo trabalho de investigação criminal;
- Conduzir ações de vigilância, de regulação de trânsito, de policiamento de fronteira e de informações no geral;
- Realizar trabalho de investigação criminal, cobrindo a deteção de crimes e de criminosos, assim como a sua entrega às autoridades judiciárias competentes;
- Proteger pessoas e bens e assegurar a manutenção da ordem pública, em caso da ocorrência de distúrbios públicos;
- Ministras treino e formação policial, de acordo com os padrões internacionais;
- Formar instrutores, em particular, através de programas de cooperação.



Anexo B – Missões Internacionais da GNR

Fonte: Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais/GNR (DPERI, 2013)

A GNR possui um longo historial de participação em missões internacionais, especialmente no âmbito da Gestão Civil de Crises.

Desde 1995, a Guarda já participou em 23 missões, sob a égide da UE, da ONU, da OTAN, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Ex-União da Europa Ocidental (UEO), empenhando um total de 3.220 militares.

Em termos geográficos, a participação da Guarda abrangeu vários continentes, uma multiplicidade de Países e contextos sociais e culturais extremamente diversos.

A participação da Guarda em operações de paz insere-se, essencialmente, no contexto pós-violência, assumindo dois formatos: Unidades Constituídas de Polícia e monitorização e formação de Forças de Segurança.

As Forças Constituídas de Polícia, com uma capacidade de intervenção robusta, capazes de usar a força com uma grande amplitude, sobretudo durante as operações de reposição da ordem pública, permitem preencher um espaço operacional que dificilmente poderá ser preenchido por forças militares ou de polícia civil; constituídas por unidades de tipo *Gendarmerie*, as suas potencialidades revelam-se de tal forma importantes em determinados tipos de missões de paz que as principais organizações internacionais não abdicam do seu emprego, dando-lhes apenas designações diferentes: a UE designa-as por IPU, a ONU por FPU e a OTAN por *Multinational Specialized Unit (MSU)*.

Relativamente à participação da Guarda em missões internacionais, destacam-se:

3. Participações Individuais

a. UE:

- (1) Na Macedónia, em 2005, a GNR participou na missão EUPOL PROXIMA/FYROM, com um 1 militar;
- (2) Na Palestina, entre 2005 e 2008, a Guarda participou nas missões BAM-EU RAFAH e EUPOL COPPS/*Palestinian Territories*, com um total de 4 militares (3 e 1, respetivamente);
- (3) No Congo, entre 2005 e 2009, a Guarda participou na EUPOL RD CONGO, com 4 militares;



- (4) Na Guiné-Bissau, a Guarda participou na missão EU SSR GUINEA BISSAU, entre 2008 e 2009, com 6 militares;
- (5) No Kosovo, desde 2008, a GNR projetou para a EULEX-KOSOVO um total de 3 militares;
- (6) Na Geórgia, desde 2008, a GNR projetou para a EUMM GEORGIA 5 militares;
- (7) Na Bósnia-Herzegovina, entre 2009 e 2011, a Guarda participou na EUPM/BiH, com 2 militares.

b. ONU:

- (1) Em Angola, entre 1995 e 1999, a GNR participou em duas missões (UNAVEM III e MONUA), com um total de 124 militares (31 e 93, respetivamente);
- (2) Em Timor, no período compreendido entre 2002 e 2012, 46 militares da GNR integraram a UNMISSET, a UNOTIL e a UNMIT;
- (3) No Congo, entre 2003 e 2005, a Guarda participou na MONUC, com 2 militares;
- (4) Na Costa do Marfim, entre 2004 e 2005, a GNR participou na UNOCI com 2 militares;
- (5) No Haiti, a Guarda participou na missão MINUSTAH, entre 2004 e 2005, com 4 militares;
- (6) Na Libéria, entre 2004 e 2005, a Guarda participou na UNMIL, com 2 militares.

c. OSCE:

Em Skopje, entre 2002 e 2003, a GNR participou na missão OSCE/SKOPJE, com 2 militares.

d. UEO:

Na Roménia, em 1995, a GNR participou na missão UEO DANUBIO, com 1 militar, naquela que constituiu a primeira participação em missões internacionais.

e. Coligação Internacional:

No Iraque, entre 2003 e 2006, a GNR participou na IRAQ FREEDOM, com 30 militares.



4. No âmbito da projeção de Forças Constituídas de Polícia, em missões de paz:

a. UE:

A GNR, enquanto membro da EUROGENDFOR, participou na Operação ALTHEA, missão militar da UE na Bósnia-Herzegovina, tendo contribuído para a constituição de uma Unidade Constituída de Polícia, a IPU, com um Pelotão de Ordem Pública, uma Equipa de Investigação Criminal e cinco das 33 posições do Quartel-General, assegurando, ainda, em regime de rotatividade, o comando da IPU e da Companhia de Ordem Pública e a Chefia da Unidade de Investigação.

A participação da Guarda na Operação ALTHEA decorreu entre Novembro de 2007 e Outubro de 2010, tendo participado um total de 190 militares da Guarda, desempenhando missões de manutenção da segurança e ordem públicas e de apoio ao Tribunal Criminal Internacional para a Ex-Jugoslávia, *International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia*, na investigação de crimes de guerra e na detenção de pessoas indiciadas por tais crimes, reforçando a componente policial da missão, na sequência da diminuição da presença militar da UE na Bósnia. Para além da componente operacional, a IPU desenvolveu atividades no âmbito da formação e treino, quer internamente (aos pelotões e companhias do Batalhão Multinacional, provenientes de Espanha, Polónia, Turquia e Hungria), quer às Forças de Segurança da Bósnia-Herzegovina.

b. ONU:

A intervenção da ONU em Timor-Leste iniciou-se com a UNAMET, que decorreu entre Junho e Outubro de 1999, com o mandato de organizar e conduzir um referendo junto da população Timorense relativamente ao seu desejo de obter a independência da Indonésia. Seguiu-se a UNTAET, entre Outubro de 1999 e Maio de 2002, tendo sido uma missão de manutenção da paz, com o objetivo de assegurar a transição para a total independência do País, com o exercício de total autoridade administrativa. Entre Maio de 2002 e Maio de 2005, as Nações Unidas conduziram a UNMISSET, com o mandato de assistir o novo País independente, também em missão de manutenção da paz, até aquele se tornar autossuficiente e capaz de assegurar em pleno as suas capacidades operacionais. Com o término da última missão de manutenção da paz, as Nações Unidas levaram a cabo uma nova missão política, a UNOTIL, entre Maio de 2005 e Agosto de 2006, apoiando o desenvolvimento das Instituições Estatais relevantes no País, assim como a sua Força de Segurança, na observância da garantia da governação democrática e dos direitos humanos.



No total, no conjunto destas missões, a GNR participou com 523 militares, dos quais 477 respeitam à UNTAET e a 4 Contingentes projetados, como Força Constituída de Polícia, a *Rapid Response Unit* (RRU), que, a partir de Janeiro de 2002 se passou a designar por FPU, por adoção dessa doutrina pela ONU.

Como consequência da instabilidade política e social vivida em Timor-Leste, em 2006, este País recorreu ao apoio internacional, tendo solicitado a Portugal o envio de uma Força da GNR. Em tal contexto, 12 dias após a decisão do Governo Português, uma Força da Guarda iniciou funções em Díli, na dependência direta do Presidente da República Democrática de Timor-Leste, tendo desempenhado um papel fundamental na reposição da ordem e tranquilidade públicas. No dia 26 de Agosto de 2006, esta Força veio a ser integrada na quinta missão de manutenção da paz das Nações Unidas em Timor-Leste, a UNMIT, entretanto constituída, nela permanecendo até ao seu final, em Novembro de 2012, com a projeção de 13 Contingentes, os quais constituíram o Subagrupamento BRAVO, com o empenho de um total de 1.754 militares.

c. OTAN:

Na sequência de um pedido expresso por parte do Presidente dos EUA, a GNR participou na Missão de Formação da OTAN no Afeganistão, a NTM-A, tendo projetado um total de 60 militares, que integraram o quadro de formadores da EUROGENDFOR, com a responsabilidade de apoiar a formação da Polícia Nacional Afegã, no Centro de Treino de Wardak.

O Centro de Treino de Wardak foi um projeto extremamente importante no quadro da capacitação das Forças de Segurança Afegãs, por ser o maior Centro de Treino de Polícias Afegãs, o único de carácter nacional e por a componente internacional nunca ter assumido tarefas de primeira linha, centrando a sua ação no apoio, aconselhamento e monitorização das atividades desenvolvidas pelo *staff* e formadores Afegãos.

A Guarda esteve presente em Wardak desde a primeira hora, na criação do Centro até à transferência total de responsabilidades para as Autoridades Afegãs, em Março de 2013.

d. Coligação Internacional:

Entre 2003 e 2005, a GNR participou na missão IRAQ FREEDOM, no âmbito de uma iniciativa levada a cabo por uma coligação de Países, liderada pelos Estados Unidos



da América e da qual Portugal tomou parte.

A participação da GNR nesta missão, contou com a projeção de 4 contingentes, num total de 501 militares, que constituíram o Subagrupamento ALFA, integrado na Divisão Multinacional Sudeste, sob o comando da Brigada Italiana.

O Subagrupamento ALFA desempenhou inúmeras missões, abrangendo o patrulhamento de áreas sensíveis, a segurança física de pontos sensíveis, a manutenção e restabelecimento da ordem pública, a escoltas a veículos, comboios humanitários e a entidades, a procura e detenção de indivíduos procurados pela justiça, a execução de *check-points* e a inativação de engenhos explosivos improvisados.

O segredo do sucesso das participações da Guarda em missões internacionais vem residindo, para além do elevado profissionalismo dos seus militares e das mais-valias intrínsecas a uma Força de Segurança de natureza militar, a uma característica comum a todos os Portugueses e que constitui um fator distintivo do nosso Povo: o respeito pela diferença, a capacidade de adaptação a outras culturas e a ímpar aptidão para interagir com outros Povos.

5. Conclusões

A presença da Guarda em cenários internacionais tem abrangido, até ao momento, missões tão distintas como a manutenção da ordem pública e da segurança dos cidadãos, o combate ao terrorismo e à criminalidade violenta e altamente organizada, a investigação criminal, incluindo crimes de guerra, a reorganização das Forças de Segurança locais, a formação e capacitação de elementos de Polícia, missões de observação e monitorização e segurança a altas entidades.

Embora, em muitas das missões, os militares da Guarda se tenham integrado individualmente, nos contingentes internacionais, a Guarda tem-se afirmado, particularmente, no âmbito da projeção de Forças Constituídas, destacando-se a sua participação/presença nas missões do Iraque, de Timor-Leste, da Bósnia-Herzegovina e do Afeganistão. A Guarda é, aliás, a única Força de Segurança com capacidade de projetar Forças Constituídas de Polícia autossustentadas.



Apêndice 1 – Esquema geral da investigação

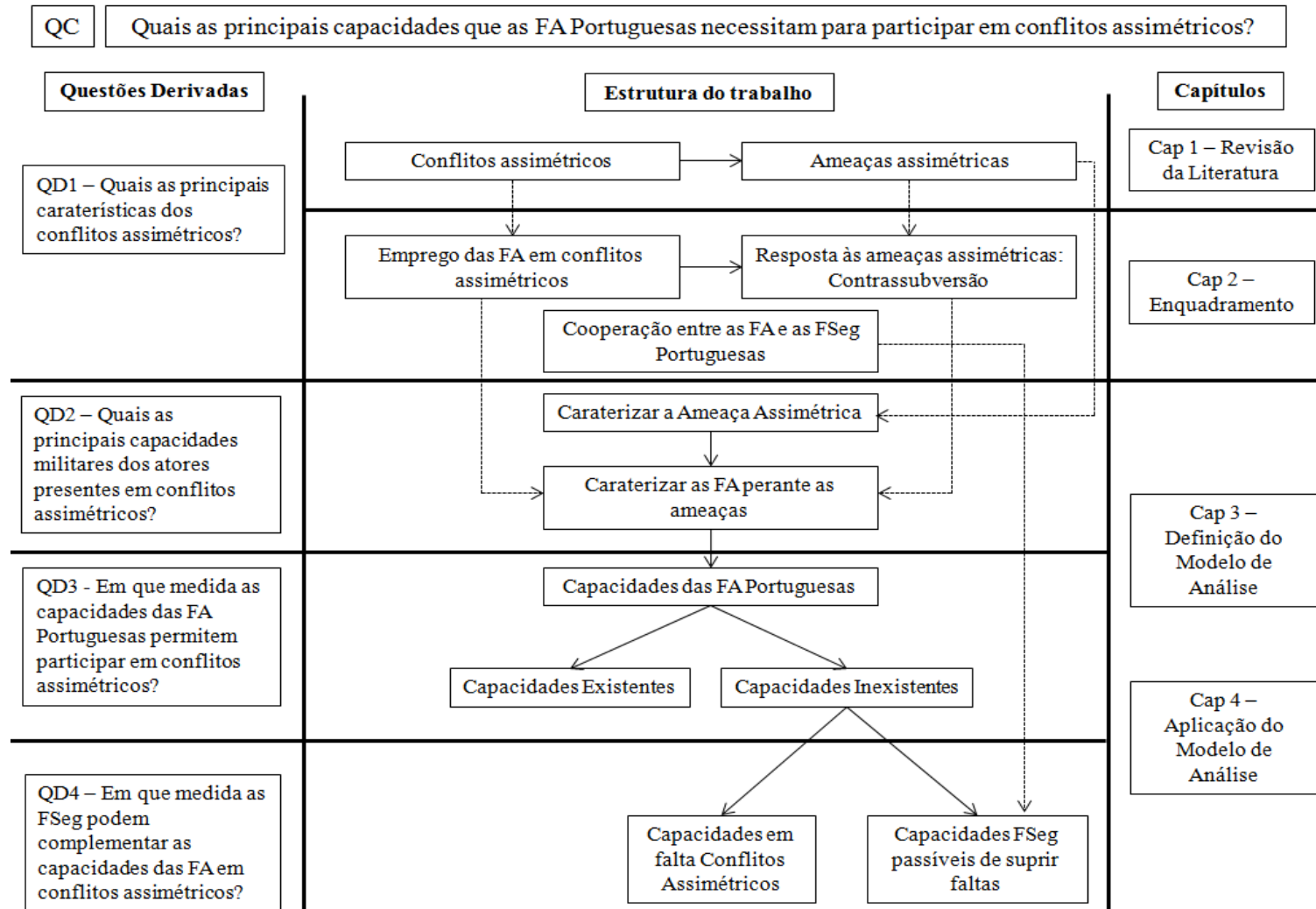


Figura nº 19 - Esquema geral da investigação



Apêndice 2 – Quadro resumo da análise

Tabela nº 6 - Resumo da análise

Conceito	Dimensões	Indicadores		
		Fins (<i>Ends</i>)	Caminhos (<i>Ways</i>)	Meios (<i>Means</i>)
		Objetivos	Métodos	Capacidades
Conflitos Assimétricos	Ameaças assimétricas	<ul style="list-style-type: none">• Prejudicar ou anular a legitimidade do governo, assim como a sua capacidade e direito moral para governar;• Ganhar o apoio da população;• Forçar uma mudança política e estabelecer-se como uma alternativa para o Estado.	<ul style="list-style-type: none">• Urbano ou terrorista;• Foco;• Prolongado;• Subversivo.	<ul style="list-style-type: none">• Atentados / ações violentas;• Ataques armados;• Sabotagens e ciberataques;• Emprego de IED;• Sequestros / raptos / assassinatos;• Propaganda;• Manifestações e distúrbios civis;• Utilização potencial de ADM (NBQ R);• Ligação ao crime organizado.
	FA	<ul style="list-style-type: none">• Ganhar o apoio da população;• Separar os subversivos da população;• Legitimar o governo e suas instituições;• Eliminar as causas base da subversão.	<ul style="list-style-type: none">• Operações de combate;• Treino e emprego das FSeg da HN;• Proporcionar segurança centrada na população;• Estabelecer capacidades do governo;• <i>Comprehensive approach</i> (contributo);• Fornecer serviços essenciais.	<ul style="list-style-type: none">• MSO;• Dissuasão e patrulhas;• Sustentação e Transporte (marítimo e aéreo) e Logística;• Aviação Naval;• Ataques de precisão (navais e aéreos);• Edificação das FSeg da HN;• CIS;• ISTAR;



				<ul style="list-style-type: none">• Aviação do exército;• Unidades de combate;• Apoio de fogos indireto;• Proteção e Apoio Geral de Engenharia;• NBQR;• PSYOPS;• CIMIC;• Interoperabilidade terra-ar;• Mobilidade Aérea;• Instalação de bases;• Forças de operações especiais;• EOD;• Análise forense.• Controlo de tumultos;• Informações policiais.
--	--	--	--	---